

Sumário

Número de notícias: 40 | Número de veículos: 30

O POVO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
ANFIP

Reforma previdenciária está no horizonte, diz Anfip..... 4

VALOR ONLINE - SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Recursos novos da previdência aberta impulsionam fundos..... 5

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Erros na declaração pré-preenchida..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributária terá impacto positivo no PIB, diz Appy..... 9

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária deve ter impacto maior que 10% no PIB, diz Appy..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alíquota prevista na reforma é "alta" para padrão internacional, diz Appy..... 12

FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: análise e desafios do PLP 68/24..... 14

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO
SEGURIDADE SOCIAL

Taxa de juros reduzida para consignados - FALANDO DE APOSENTADOS..... 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para evitar "protagonismo", grupo de trabalho não terá hierarquia..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com prazo curto e relatoria dividida, Câmara inicia a 2ª fase da reforma..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - LOGÍSTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma deve aumentar tributação do setor..... 19

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara elimina isenção para compras de até US\$ 50..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Câmara aprova texto que taxa "comprinhas chinesas" em 20%..... 22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Compra no exterior até US\$ 50 terá tributo de 20%..... 24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

O prejuízo da ilegalidade..... 26

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

CNC assume combate ao comércio ilegal 27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nova lei pode frear sonegação 28

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Compra de itens ilegais salta com e-commerce 30

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projetos de lei podem frear sonegação 31

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O desafio de combater o contrabando transnacional 33

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Judiciário custou a cada brasileiro R\$ 653,70 em 2023 35

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Judiciário gastou R\$ 132,8 bi no ano passado, recorde histórico 36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Com dívidas judiciais, déficit público vai a 2,23% do PIB em 12 meses 37

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Gasto com servidores e terceirizados aumenta 38

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Contas do governo têm pior resultado para abril desde 2020 39

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
SEGURIDADE SOCIAL

Com precatórios, déficit primário em 12 meses vai a 2,23% do PIB 40

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Contas federais têm superávit de R\$ 11,1 bilhões no mês de abril 41

VALOR ONLINE - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mesmo com receita crescente, déficit primário anual piora 42

MEIO NORTE - TERESINA - PI - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Governo tem superávit primário de R\$ 11,1 bi em abril 44

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Quase 50% dos MEIs ainda não entregaram declaração à Receita; prazo acaba na sexta 45

AGÊNCIA BRASIL - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 9 49

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Prévia da inflação tem alta de 0,44% em maio 50

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Prévia da inflação sobe 0,44%, abaixo das projeções 51

O POPULAR - GO - ECONOMIA
ECONOMIA

Prévia da inflação acelera em maio após 2 meses de alívio 52

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

FMI eleva projeção para o PIB do Brasil 53

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

IPCA-15 acelera em maio, mas não preocupa economistas 54

VALOR ECONÔMICO - SP - LOGÍSTICA
ECONOMIA

Amarras ao investimento 56

VALOR ECONÔMICO - SP - LOGÍSTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Debêntures atraem fundos de pensão 58

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Bolsas dos EUA nas máximas, Nvidia surpreende 59

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Otimista, investidor volta a fundos de ações e bônus nos EUA 61

Reforma previdenciária está no horizonte, diz Anfip

ADriano Quelroz

O Brasil pode passar, no médio prazo, por uma nova reforma previdenciária. Essa é a avaliação do presidente do Conselho Executivo da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal no Brasil (Anfip)**, Miguel Arcanjo Simas Nôvo. Vale lembrar que a mais recente entrou em vigor em 2019 e sua fase de transição ainda não foi concluída.

Pontos como o aumento constante no déficit da Previdência, que foi de R\$ 306 bilhões em 2023, e o envelhecimento da população brasileira, além da pressão do mercado por maior controle das contas públicas, estariam entre os motivos para que uma nova reforma nas regras para a aposentadoria fossem novamente alteradas, o que gera temor de perdas de direitos dos beneficiários por parte de entidades que representam os **servidores públicos**, entre eles os auditores fiscais.

"São ensaios (as manifestações a favor de uma nova reforma previdenciária), mas todo ensaio tem uma origem e um fundamento. O governo federal pode simplesmente querer abraçar essa causa como outros governos abraçaram.

O próprio presidente Lula, em seu primeiro mandato, fez uma reforma da Previdência e, assim, nós da **Anfip** somos contra porque toda reforma feita recentemente vem sempre tirar direitos do trabalhador.

Ela nunca vem dando direito ou mantendo direito", analisa o presidente da entidade.

"Por exemplo, essa última reforma da Previdência veio cortando na carne muitos direitos dos trabalhadores e, principalmente, de pensionistas", complementou. "Nós estamos brigando quanto à contribuição de aposentados e pensionistas porque lá no início dos anos 2000, o governo federal criou a contribuição para pensionistas.

Nós temos hoje uma PEC que reduz essa contribuição que nós entendemos ser uma contribuição injusta e sem fundamento jurídico", acrescentou.

"Essa Proposta de Emenda à Constituição não extingue a contribuição previdenciária, mas reduz em 10% a cada ano, a partir dos 66 anos de idade, no

caso do homem, e 63 anos, no caso da mulher. É uma proposta que, digamos assim, é possível para ver se o governo não cria dificuldade e para que ela prospere dentro do Parlamento." O vice-presidente de Assuntos de **Seguridade Social** da **Anfip**, Wanderson Dias Ferreira, critica quem propõe uma nova reforma da Previdência. "Só se dá a abordagem da questão do equilíbrio previdenciário pelo lado da despesa, mas não se consideram as possibilidades de se fazer o ajuste pelo lado da receita", ponderou.

Site:

<https://mais.opovo.com.br/flip/edicao/impressa/7040/29-05-2024.html>

Recursos novos da previdência aberta impulsionam fundos

Por Roseli Loturco

29/05/2024 05h06 Atualizado há uma hora

Tida como uma das indústrias de investimentos mais resilientes, a **previdência complementar** aberta, após consecutivas quedas no ritmo de crescimento, volta a avançar de forma mais pujante em captação líquida. Seu patrimônio, que superou a linha de R\$ 1,43 trilhão no último mês de março, avança tanto em arrecadação bruta quanto líquida, o que demonstra diminuição do ritmo dos resgates, que haviam acelerado nos três primeiros anos após a pandemia da covid-19. O balanço entre a entrada e a saída de recursos (saldo líquido) em 2023 e no primeiro trimestre de 2024 foi positivo em R\$ 42,9 bilhões e R\$ 15,6 bilhões, alta de 28,4% e de 194,7%, respectivamente, em comparação a iguais períodos anteriores.

Uma vez que eventos tipicamente geradores de riqueza, como as ofertas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês) e grandes operações de fusões e aquisições, têm sido esporádicos, o mercado questiona de onde vem esse dinheiro novo. Com exceção do BTG Pactual, o setor não considera que parte dos recursos possa ter migrado de fundos exclusivos - que passaram a ser tributados pelo "come-cotas" no fim de 2023 - para os fundos de previdência, agora um dos principais investimentos nos quais se pode pagar menos **impostos**. "A discussão da **reforma tributária** e o fim dos fundos exclusivos atraíram, sim, esse público para a previdência como alternativa. O assunto foi muito debatido e o investidor individual colocou isso na mesa", observa Marcelo Flora, sócio responsável pelas plataformas digitais do BTG Pactual. O resultado foi uma captação líquida de R\$ 1,5 bilhão no primeiro trimestre de 2024, alta de 50% se comparado a igual período do ano passado.

Parte da disputa dos recursos da previdência aberta se dá no jogo do "rouba-monte", no qual uma instituição tenta atrair capital que já está dentro da indústria, em concorrentes, por meio da portabilidade entre fundos. No primeiro bimestre deste ano, o BTG despontou no topo do ranking da portabilidade e registrou saldo positivo de R\$ 704,56 milhões, desbancando as lideranças revezadas nos últimos anos entre XP e Itaú, segundo levantamento da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

O BTG, com patrimônio líquido em carteira de previdência de R\$ 23 bilhões - atrás de seus concorrentes -, projeta fechar 2024 com R\$ 6 bilhões em captação líquida e R\$ 31 bilhões em reserva. "Vamos subir para a oitava posição desse mercado, passando o Safra", diz Flora. E o que deve fazer diferença, na sua opinião, é o serviço 24 por 7, pelo qual o cliente é atendido por pessoas e não por máquinas. "Nossa excelência de atendimento fez com que ganhássemos o selo RA 1000, do Reclame Aqui, em todos os períodos de apuração de 2021 a 2023", conta. Outro ponto que, para ele, conta a favor é o fato de a empresa dispor de uma estrutura de custos diferente da dos grandes bancos, por ser jovem na área de seguros e ter crescido mais aceleradamente nos últimos quatro anos: "Nossos custos são competitivos e a precificação dos produtos é mais atraente. O nosso negócio é arquitetura aberta, com 250 fundos de previdência de 85 gestores parceiros".

Flora, do BTG Pactual: previdência recebeu recursos de fundos exclusivos - Foto: Divulgação/Divulgação

Mas, além do BTG, é difícil encontrar outro representante do setor que considere que o dinheiro novo que está entrando na previdência aberta tenha origem nos fundos exclusivos dos super-ricos. Até porque, para evitar distorções e uma migração ostensiva desses recursos, o governo proibiu, em fevereiro deste ano, a criação de fundos exclusivos de previdência. A resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNPS) tem que ser regulamentada pela Susep. O objetivo é não descaracterizar a previdência, que tem incentivos fiscais porque cumpre papel social de complementar a aposentadoria pública.

"Não tem nenhuma evidência de que o dinheiro dos super-ricos esteja vindo para a previdência. O que está ocorrendo é que estamos voltando aos níveis pré-pandemia, com a melhora significativa dos fundamentos da economia neste ano", afirma Edson Franco, presidente da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi). O executivo lembra, no entanto, que comparar o primeiro trimestre de 2024 com o mesmo período de 2023 é ruim, pois a atividade econômica estava pior naquele momento e os mercados viviam algumas crises - como a recuperação judicial da Americanas e da Light. A retomada veio na segunda metade do ano, com o

início do processo de queda dos juros. "Se bem que a previdência, mesmo durante a pandemia, foi muito resiliente, sem captação líquida negativa em nenhum trimestre. Diminuiu o ritmo, mas não ficou negativa", observa.

O setor está animado ainda com uma série de mudanças em regras que vêm sendo sancionadas desde o fim de 2023. Uma delas é Lei nº 14.652/2023, que permite o uso dos recursos da previdência como garantia na tomada de crédito e está em fase de regulamentação. "No caso da garantia, irá permitir que o cliente tome crédito mais barato e não precise resgatar seus recursos para não perder incentivos tributários da previdência", diz Franco. Outra mudança diz respeito à postergação da escolha do regime tributário, entre o progressivo e o regressivo, que poderá agora ser feita ao fim do período de acumulação e de resgate do plano.

Já as circulares 698 e 699 da Susep discorrem sobre a adesão automática aos planos corporativos de previdência, nos quais, ao contrário do que ocorre hoje, o colaborador vai ter que se manifestar para não aderir ao benefício ao ser admitido na empresa. Para o segundo semestre, o setor aguarda ainda a tipificação tributária do Universal Life - novo seguro de vida, com acumulação de recursos resgatáveis ao final do período de contratação.

Sanches, do Itaú Unibanco: 2,2 mil especialistas e melhora na comunicação - Foto: Flora Pimentel/Divulgação

Para a líder de mercado, Brasilprev, que atingiu em fevereiro deste ano R\$ 400 bilhões em ativos sob gestão, vários temas que vinham sendo discutidos há anos foram aprovados e auxiliam até nas contribuições mensais, ao facilitar a compreensão dos planos pelos clientes, como as diferentes possibilidades de escolher a renda. "Isso ajuda na decisão na hora da saída e sobre qual é a melhor forma de acumular os recursos", afirma Ângela Beatriz de Assis, presidente da Brasilprev, que registrou captação líquida de R\$ 8,9 bilhões em 2023, cinco vezes superior à de 2022, e de R\$ 4,2 bilhões nos dois primeiros meses de 2024, 181% maior ante o mesmo período de 2023.

Para continuar crescendo de forma acelerada, a executiva conta com o Banco do Brasil (BB) como seu principal canal de distribuição, mas não o único. A Brasilprev tem parceria com 500 corretores e reestruturou a área que atua em planos corporativos. "Há quatro anos, mantemos o ritmo de cerca de cem mil novos entrantes anuais na carteira - entre pessoa física e jurídica", afirma Assis. Hoje, 90% dos 2,6 milhões de clientes são pessoas físicas, a maioria de média e alta renda. Como estratégia para 2024, a

Brasilprev quer retomar a indução dos aportes mensais. "Tivemos crescimento de 30% dos aportes mensais desde o segundo semestre de 2023, comparado aos mesmos períodos de anos anteriores. A grande maioria vinda dos planos juniores, que representam 700 mil pessoas na nossa carteira."

Com a terceira maior carteira de previdência do mercado, o Itaú está ampliando sua equipe de consultores financeiros na área. "Saímos de 600, em 2021, para 2,2 mil especialistas superqualificados hoje. Também melhoramos o ambiente digital e as ferramentas de comunicação com os clientes", conta Claudio Sanches, diretor de investimentos e previdência do Itaú Unibanco, que fechou 2023 com R\$ 255 bilhões em reserva e R\$ 8,5 bilhões em captação líquida - em 2022, a captação líquida tinha sido negativa em R\$ 1,5 bilhão.

O executivo credita a virada de jogo ao melhor ambiente macroeconômico a partir do segundo semestre de 2023 e à melhora na assessoria e na jornada oferecidas aos clientes. O banco fechou como líder no ranking de portabilidade da Susep no ano passado, com saldo líquido de R\$ 5,74 bilhões, desbancando a XP (com R\$ 5,56 bilhões), que vinha mantendo por três anos consecutivos o topo da lista. Já no primeiro bimestre de 2024, sua captação líquida bateu em R\$ 1,5 bilhão, enquanto em mesmo período de 2023 tinha sido zero.

O diretor do Itaú diz que o dinheiro novo da previdência muitas vezes tem vindo de produtos de caixa mais conservadores, usados temporariamente enquanto se decide onde fazer a alocação de forma mais estratégica. "Os clientes às vezes colocam o dinheiro em fundos DI e depois migram para outros veículos, como previdência e renda fixa, mais estratégicos, ou mesmo em multimercado", afirma. Para ele, a previdência se recupera quando há menos volatilidade no mercado.

Quem virou o jogo e opera agora com sobra no positivo é o Bradesco, segunda maior carteira do mercado, com mais de R\$ 300 bilhões em reserva. A instituição, que sofre constantes ataques da concorrência na questão da portabilidade, fechou 2023 com captação líquida de R\$ 7 bilhões e o primeiro trimestre deste ano em R\$ 1,7 bilhão. "Estamos em um momento muito bom. Acho que a briga da portabilidade vai continuar a ocorrer em cima das grandes reservas, mas vejo certa estabilidade e seu volume não tem crescido", observa Estevão Scipilliti, diretor da Bradesco Vida e Previdência.

Para ele, há muita simetria de produtos no mercado e o que tem pesado mais para os clientes são as jornadas, o relacionamento e os serviços pós-venda.

"Todo mundo investiu em ter relacionamento próximo com gerentes e consultores. Daqui para frente, vai sair ganhador quem tiver capacidade de crescer o número de clientes e crescer dentro do próprio cliente com aportes mensais", diz Scripilliti. Hoje, os aportes recorrentes representam 11% da arrecadação anual da instituição.

O fato é que o ritmo dos novos negócios está tão acelerado que a Zurich Santander chega a comparar o início de 2024 com o fim do ano, período em que sazonalmente o setor arrecada mais, devido ao pagamento de 13º salário, bônus e planejamento de Imposto de Renda (IR). Com total de reserva de R\$ 88,2 bilhões e captação líquida nos dois primeiros meses do ano de R\$ 739 milhões, incremento de 317% em relação a igual período de 2023, a instituição também espera ventos favoráveis no restante de 2024. E, para continuar avançando, irá ampliar sua equipe de consultores de investimentos, dos atuais 1,2 mil para 2 mil. "Os grandes bancos, onde a força está na renda fixa, vão continuar surfando a boa onda, se forem mantidas as condições atuais de mercado", diz o CEO Marcelo Malanga.

No que tange ao jogo do "rouba-monte", o executivo nota uma mudança: "BTG e XP estão tendo agora que mostrar a sua série histórica. Éramos muito atacados na portabilidade por essas casas. Hoje, o jogo está mais equilibrado, pois eles também começam a mostrar as suas fragilidades".

A XP, que vinha sendo muito beneficiada pela portabilidade, continua com saldo positivo da portabilidade tanto em 2023 quanto no primeiro bimestre deste ano. "Muitos dos nossos ganhos vêm da portabilidade, com mais de R\$ 10 bilhões de entrada em 2023. Nosso foco em portabilidade ainda é forte, mas a segunda etapa de crescimento é ter o maior marketplace do mercado", afirma Roberto Teixeira, sócio da XP Inc e head da XP Seguros. Hoje, 40% dos recursos que entram na casa são de aportes de recorrência e 60% por portabilidade. Mas esse percentual já foi bem maior: há dois anos, a proporção era de 10% e 90%. A XP Seguros passou os R\$ 60 bilhões em reserva. "Já estamos entre os seis maiores do mercado em cinco anos de vida."

Com saldo positivo no ranking da portabilidade em 2023 e no primeiro bimestre de 2024, a SulAmérica diz que não entra no jogo de compra de market share para crescer a qualquer custo. "Mantemos a nossa venda de forma cuidadosa, respeitando o perfil do cliente, garantindo sua manutenção por estar bem posicionado. A nossa preocupação estratégica é com qualidade e performance dos nossos fundos e com assessoria financeira adequada", conta Victor Bernardes, diretor de vida e previdência da

SulAmérica. O executivo cita como exemplo um fundo de crédito ESG de previdência que foi lançado há pouco mais de 30 meses e captou R\$ 800 milhões. "Desde o lançamento, a rentabilidade está em 135% do CDI, e ele tem sido um dos carros-chefe de captação."

Site:

<https://valor.globo.com/publicacoes/especiais/seguros-previdencia-e-capitalizacao/noticia/2024/05/29/recursos-novos-da-previdencia-aberta-impulsionam-fundos.ghtml>

Erros na declaração pré-preenchida

Imposto de renda I

Informações bancárias enviadas por instituições financeiras à **Receita Federal** podem conter erros, impactando quem opta pela declaração pré-preenchida do Imposto de Renda 2024. As falhas podem levar o contribuinte à malha fina, caso não corrija os dados. O prazo para a entrega do documento termina depois de amanhã, e cerca de 9 milhões de pessoas ainda não tinham enviado a declaração até as 19h de ontem, segundo o Fisco.

Imposto de renda II

Receita desmente nova fake news

Contribuintes que informarem voluntariamente bens e direitos no exterior até sexta-feira não estarão sujeitos a fiscalização maior pelo Fisco, esclareceu ontem a **Receita Federal**. O órgão desmentiu fake news segundo a qual quem aderir ao programa passará por auditoria especial. "Não há previsão no plano de fiscalização nem iniciativas planejadas nesse sentido, até porque a diretriz da Receita é incentivar a adesão; não o contrário", diz o órgão, era nota.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Tributária terá impacto positivo no PIB, diz Appy

» **FERNANDA STRICKLAND**

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, afirmou que toda compra internacional terá a mesma tributação das companhias nacionais, levando em consideração o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

"Vão ser exatamente as mesmas regras para empresas brasileiras", disse, em audiência pública no grupo de trabalho da Câmara sobre **reforma tributária**. A questão, conforme explicou, não é a mesma discussão que trata da taxa de importações com valor de até US\$ 50.

A declaração de Appy foi bem recebida pelo presidente executivo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), João Eloi Olenike.

Para ele, a tributação das compras internacionais sendo igual à das empresas brasileiras, em relação ao IBS e CBS, pode trazer uma melhora ao cenário da economia.

"A grande perspectiva da nossa indústria e do nosso comércio é poder competir, em termos de igualdade, com seus concorrentes estrangeiros, situação que, nos dias de hoje, não ocorre", ressaltou Olenike.

Na audiência, Appy sustentou que a reforma deve provocar um aumento de 10% no Produto Interno Bruto (**PIB**) em até 13 anos. Segundo o secretário, um dos efeitos da mudança é o crescimento da economia, mas isso não deve ocorrer em curto prazo.

"A **reforma tributária** tem um impacto muito positivo sobre o crescimento da economia. Mantendo a carga tributária com a proporção do **PIB**, se a economia cresce mais, eu aumento minha arrecadação. Todo mundo ganha", declarou.

De acordo com o secretário, esses efeitos devem reduzir a pressão pelo aumento da carga tributária em até 13 anos. "O crescimento gerado pela **reforma tributária**, que não acontece no curto prazo, vai acontecer ao longo dos próximos 10, 12, 13 anos, é um impacto muito grande", frisou. "Estamos falando aqui de um aumento, nesse período, maior que 10% no **PIB** potencial do Brasil por conta da **reforma**

tributária." Appy também destacou que a União não tem o objetivo de utilizar o Imposto Seletivo como forma de arrecadação. "Não será usado com finalidade arrecadatória", enfatizou ele, acrescentando que existe a possibilidade da inclusão dos jogos de azar na alíquota desse imposto.

O secretário ainda disse que a alíquota de referência para resultado das somas dos percentuais do IBS e da CBS, estimada pelo Ministério da Fazenda, é elevada para os padrões internacionais, mas menor em comparação à situação atual no país.

"Às vezes, as pessoas falam "não, a alíquota é muito alta, 26,5%", de fato é alta para padrões internacionais, sim.

A alíquota mais alta do mundo, da Hungria, é 27%. Ela é alta, mas comparada com a situação atual (no Brasil) é menor", pontuou o secretário.

"O crescimento gerado pela **reforma tributária**, que não acontece no curto prazo, vai acontecer ao longo dos próximos 10, 12, 13 anos, é um impacto muito grande. Estamos falando aqui de um aumento, nesse período, maior que 10% no **PIB** potencial do Brasil" Bernard Appy, secretário extraordinário da **Reforma Tributária**

Primeiro texto Bernard Appy participou da discussão no âmbito do grupo de trabalho formado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para analisar o primeiro projeto da **reforma tributária**. Já encaminhado à Câmara, o texto trata sobre a Lei Geral do IBS, da CBS e do Imposto Seletivo. O Congresso aguarda o Ministério da Fazenda apresentar o segundo projeto, sobre a gestão e a fiscalização do IBS. O tema também deve ganhar um GT.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

Reforma tributária deve ter impacto maior que 10% no PIB, diz Appy

Fernanda Strickland

+

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, afirmou que toda compra internacional terá a mesma tributação das companhias nacionais, levando em consideração o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Vão ser exatamente as mesmas regras para empresas brasileiras, disse, em audiência pública, nesta terça-feira, no grupo de trabalho da Câmara sobre **reforma tributária**. A questão, conforme explicou, não é a mesma discussão que trata da taxa de importações com valor de até US\$ 50.

A declaração de Appy foi bem recebida pelo presidente executivo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), João Eloi Olenike. Para ele, a tributação das compras internacionais sendo igual à das empresas brasileiras, em relação ao IBS e CBS, pode trazer uma melhora ao cenário da economia.

A grande perspectiva da nossa indústria e do nosso comércio é poder competir, em termos de igualdade, com seus concorrentes estrangeiros, situação que, nos dias de hoje, não ocorre, ressaltou Olenike.

Na audiência, Appy sustentou que a reforma deve provocar um aumento de 10% no Produto Interno Bruto (**PIB**) em até 13 anos. Segundo o secretário, um dos efeitos da mudança é o crescimento da economia, mas isso não deve ocorrer em curto prazo.

A **reforma tributária** tem um impacto muito positivo sobre o crescimento da economia. Mantendo a carga tributária com a proporção do **PIB**, se a economia cresce mais, eu aumento minha arrecadação. Todo mundo ganha, declarou.

De acordo com o secretário, esses efeitos devem reduzir a pressão pelo aumento da carga tributária em até 13 anos. O crescimento gerado pela **reforma tributária**, que não acontece no curto prazo, vai acontecer ao longo dos próximos 10, 12, 13 anos, é um impacto muito grande, frisou. Estamos falando aqui de um aumento, nesse período, maior que 10% no **PIB** potencial do Brasil por conta da **reforma tributária**.

Appy também destacou que a União não tem o objetivo de utilizar o Imposto Seletivo como forma de arrecadação. Não será usado com finalidade arrecadatória, enfatizou ele, acrescentando que existe a possibilidade da inclusão dos jogos de azar na alíquota desse imposto.

O secretário ainda disse que a alíquota de referência para resultado das somas dos percentuais do IBS e da CBS, estimada pelo Ministério da Fazenda, é elevada para os padrões internacionais, mas menor em comparação à situação atual no país.

Às vezes, as pessoas falam não, a alíquota é muito alta, 26,5%, de fato é alta para padrões internacionais, sim. A alíquota mais alta do mundo, da Hungria, é 27%. Ela é alta, mas comparada com a situação atual (no Brasil) é menor, pontuou o secretário.

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, afirmou que toda compra internacional terá a mesma tributação das companhias nacionais, levando em consideração o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Vão ser exatamente as mesmas regras para empresas brasileiras, disse, em audiência pública, nesta terça-feira, no grupo de trabalho da Câmara sobre **reforma tributária**. A questão, conforme explicou, não é a mesma discussão que trata da taxa de importações com valor de até US\$ 50.

A declaração de Appy foi bem recebida pelo presidente executivo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), João Eloi Olenike. Para ele, a tributação das compras internacionais sendo igual à das empresas brasileiras, em relação ao IBS e CBS, pode trazer uma melhora ao cenário da economia.

A grande perspectiva da nossa indústria e do nosso comércio é poder competir, em termos de igualdade, com seus concorrentes estrangeiros, situação que, nos dias de hoje, não ocorre, ressaltou Olenike.

Na audiência, Appy sustentou que a reforma deve provocar um aumento de 10% no Produto Interno

Bruto (**PIB**) em até 13 anos. Segundo o secretário, um dos efeitos da mudança é o crescimento da economia, mas isso não deve ocorrer em curto prazo.

A **reforma tributária** tem um impacto muito positivo sobre o crescimento da economia. Mantendo a carga tributária com a proporção do **PIB**, se a economia cresce mais, eu aumento minha arrecadação. Todo mundo ganha , declarou.

De acordo com o secretário, esses efeitos devem reduzir a pressão pelo aumento da carga tributária em até 13 anos. O crescimento gerado pela **reforma tributária**, que não acontece no curto prazo, vai acontecer ao longo dos próximos 10, 12, 13 anos, é um impacto muito grande , frisou. Estamos falando aqui de um aumento, nesse período, maior que 10% no **PIB** potencial do Brasil por conta da **reforma tributária**.

Appy também destacou que a União não tem o objetivo de utilizar o Imposto Seletivo como forma de arrecadação. Não será usado com finalidade arrecadatória , enfatizou ele, acrescentando que existe a possibilidade da inclusão dos jogos de azar na alíquota desse imposto.

O secretário ainda disse que a alíquota de referência para resultado das somas dos percentuais do IBS e da CBS, estimada pelo Ministério da Fazenda, é elevada para os padrões internacionais, mas menor em comparação à situação atual no país.

Às vezes, as pessoas falam não, a alíquota é muito alta, 26,5% , de fato é alta para padrões internacionais, sim. A alíquota mais alta do mundo, da Hungria, é 27%. Ela é alta, mas comparada com a situação atual (no Brasil) é menor , pontuou o secretário.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/05/6866828-reforma-tributaria-deve-ter-impacto-maior-que-10-no-pib-diz-appy.html>

Alíquota prevista na reforma é "alta" para padrão internacional, diz Appy

Gabriela Pereira De Brasília

O secretário-extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, avaliou que a alíquota de 26,5% prevista na reforma é "alta para padrões internacionais", mas o percentual aplicado hoje é ainda maior e pouco transparente. "Esse novo tributo vai ser muito mais transparente", disse.

De acordo com ele, o desenho da reforma é o mais simples o possível e revoga cerca de 27 regulamentos de 1CMS "super complexos", além de auxiliar no combate à sonegação de **impostos**. O secretário participou de audiência pública na Câmara dos Deputados na manhã desta terça-feira (28).

Appy também destacou que o ideal teria sido ter mais tempo para ouvir o setor privado, "mas não foi possível". Para ele, o custo financeiro da tributação do investimento e das exportações é elevado. "Desonerar investimento e exportações tem um efeito muito positivo para o país, inclusive com impactos no **PIB**."

Sobre a não cumulatividade prevista no projeto, Appy afirmou que a proposta tem o objetivo de impedir a elaboração de notas frias, prática que o secretário tratou como um "grande problema" para a saúde financeira do país. "Eu sei que esse é um tema que tem gerado discussão no setor privado", disse. Ele ressaltou que, no momento que acabar com esse tipo de fraude, será possível diminuir a alíquota.

O secretário afirmou que o Brasil hoje já é o país que mais usa documentos fiscais eletrônicos no mundo. "Quem ainda não emite esse tipo de documento vai ter que começar a emitir", afirmou.

Appy, afirmou que toda compra internacional terá a mesma tributação de empresas brasileiras, levando em consideração o IBS e CBS. "Vão ser exatamente as mesmas regras para empresas brasileiras", disse. O secretário não se refere à discussão sobre importações com valor de até US\$ 50.

Sobre o cashback, Appy declarou que, para a modalidade geral, os padrões já estão definidos e que o público-alvo será as famílias cadastradas do CadÚnico.

Para obter o cashback, é preciso obter a nota fiscal.

Segundo ele, esse é um estímulo para se peçam as notas. Outro ponto de destaque é que os entes federados poderão estipular sua porcentagem de cashback até o limite de 100%.

Sobre a cesta básica, o secretário ressaltou que o projeto apresentado reduz a tributação para os alimentos em relação a tributação atual. "A redução mais forte é concentrada no consumo dos mais pobres e menos concentrada no consumo dos mais ricos", destacou. Além disso, ele disse que a questão que envolve as discussões sobre a inclusão da carne na cesta básica, é "uma decisão política".

Appy também avaliou que a união não tem o objetivo de usar o Imposto Seletivo como forma de arrecadação. Disse ainda que é possível avaliar a inclusão dos jogos de azar na alíquota do Imposto Seletivo.

Appy destacou que o impacto da aprovação da **reforma tributária** será muito positivo na economia e no aumento do **PIB**. "Esse impacto não acontece no curto prazo, mas ao longo do tempo poderemos ver o impacto na economia do país", disse.

Em sua opinião, o ideal é que o projeto seja aprovado o mais rápido possível, "mas o tempo é do Congresso Nacional".

Sobre a Zona Franca de Manaus, o secretário garantiu que o modelo do projeto foi desenhado para manter a competitividade. "Não existe nenhuma perda de competitividade, não estamos favorecendo nem desfavorecendo", disse. Appy esclareceu que não deve existir aumento de custo para plano de saúde. "Isso foi uma campanha de desinformação que apareceu."

O Grupo de Trabalho (GT) para regulamentar a reforma se reunirá seis vezes por semana, sendo uma vez às segundas-feiras à tarde, às terças e quartas pela manhã e à tarde, e às quintas pela manhã. Além disso, também serão realizadas mesas de conversa para debater o tema. O plano de trabalho foi aprovado nesta terça.

Os próximos temas a serem abordados pelo grupo serão normas gerais do IBS e da CBS sobre operações; modelo operacional do IBS e da CBS; IBS

e CBS sobre exportações e importações; regimes aduaneiros especiais, zonas de processamento de exportações e regimes de bens de capital; cashback; cesta básica e demais alimentos e regimes diferenciados.

"Ao longo do tempo poderemos ver o impacto na economia do país" Bernard Appy

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187889?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187889?page=1§ion=1)**

Reforma tributária: análise e desafios do PLP 68/24

A segunda etapa da **reforma tributária** está no Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24 , que visa instituir novos **tributos** no Brasil: as contribuições e o imposto sobre bens e serviços, além de trazer regras para o Imposto Seletivo. Esse projeto, no entanto, não nos impressiona.

Em termos de tamanho, 499 artigos não nos assustam há alguns anos. Acostumamo-nos à complexidade e à redação labiríntica do legislador brasileiro.

Quanto ao conteúdo, não estamos alheios às inconstitucionalidades, algumas evidentes e outras que só serão resolvidas em algumas décadas, quando o Supremo Tribunal Federal modular efeitos em favor das contas públicas. Isso ocorre porque os pontos mais complexos, que deixaram de ser tratados em normas constitucionais por falta de consenso, especialmente em emendas aprovadas em tempo recorde, foram incluídos no PLP 68/24. **Tributos** sobre doações onerosas e sobre aluguel de pessoas físicas são apenas alguns exemplos.

Um ponto que merece destaque é que a **reforma tributária** não troca cinco **tributos** por três. Não é apenas uma sopa de letrinhas (PIS/COFINS/IPI/ICMS/ISS/IOF) que será substituída por outra menor (CBS/IBS/IS). Primeiramente, para tentar proteger a Zona Franca de Manaus, o IPI não será extinto por muitos anos. Em segundo lugar, os novos **tributos** terão uma abrangência muito maior. Por exemplo, operações como aluguel, que nunca foram tributadas por IPI, ICMS ou ISS (e por muitos anos não foram tributadas por PIS/COFINS), agora sofrerão carga maior pela nova legislação.

O sistema atual é tão oneroso que o PLP é recebido com alegria. Vemos problemas antigos sendo repetidos e novos problemas sendo criados. No entanto, é difícil que algo seja (econômica e) juridicamente pior do que o que temos hoje. A **reforma tributária** veio para ficar e é muito bem-vinda.

A surpresa, por outro lado, deve vir de um Projeto de Lei Complementar que ainda não foi apresentado (até o momento em que escrevemos este texto). Ainda cabe ao governo propor as regras sobre a formação e composição do Comitê Gestor, além das regras financeiras de repartição de receita, competência de fiscalização e decisões administrativas do IBS.

O ineditismo, no entanto, reside na possibilidade de um novo federalismo fiscal: o PLP poderá propor o fim do financiamento dos entes políticos com o caixa das empresas.

Atualmente, os estados e o Distrito Federal criam legislações que antecipam o pagamento de ICMS, não apenas para evitar sonegação ao longo da cadeia, mas muitas vezes para antecipar caixa.

Um exemplo é a substituição tributária do ICMS , que normalmente é recolhido na primeira oportunidade (industrial ou importador) e exigido do próximo na cadeia sempre que há uma operação interestadual. Nesse caso, o ICMS recolhido ao estado anterior deve ser restituído ao contribuinte para evitar pagamento duplo. Muitos contribuintes possuem crédito escritural de milhões contra vários estados, valores que não são corrigidos monetariamente, não geram juros e frequentemente jamais são devolvidos.

A novidade é que o novo sistema tributário determina que o imposto arrecadado será devido ao estado de consumo do bem ou serviço. Portanto, os estados poderão não ter acesso ao produto da arrecadação antes da operação com consumo final. Ou seja, o IBS, pago pelo industrial ou atacadista, não será distribuído ao estado do adquirente, pois ficará "retido" pelo Comitê Gestor até a venda pelo varejista.

A Substituição Tributária, por outro lado, não constou no PLP 68/24, e já temos notícias de que essa é talvez a questão que encontra maior resistência para sua aprovação. Por enquanto, temos que exercer nosso papel de cidadãos para propor e lutar por melhorias nesse novo modelo tributário e não permitir que regreda ao modelo anterior. Ainda há muito a ser feito.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/05/reforma-tributaria-analise-e-desafios-do->

plp-6824.shtml

Taxa de juros reduzida para consignados - FALANDO DE APOSENTADOS

JOÃO ADOLFO DE SOUZA

Mais uma vez as taxas de juros dos consignados reduziram. O Conselho Nacional da **Previdência Social** decidiu, por 14 votos a 1, na segunda-feira, que o limite cobrado nas operações seria menor para os beneficiários do **INSS** que possuem o direito à linha de crédito. Esta representa a oitava redução desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu. A justificativa para a redução é a queda na taxa Selic, que teve diminuição de 0,25 ponto percentual. De acordo com o ministro da Previdência, Carlos Lupi, a expectativa é que as taxas dos consignados sempre acompanhem a Selic.

No dia 27 de maio, o Conselho Nacional de **Previdência Social** - CNPS reduziu a taxa de juros do empréstimo consignado de 1,68% para 1,66%. Já a taxa dos cartões consignados reduziu de 2,49% para 2,46%.

A nova medida deve entrar em vigor 5 dias após a publicação da instrução normativa no Diário Oficial da União. Dentre os contemplados com a nova medida estão os aposentados, pensionistas e quem recebe Benefício de Prestação Continuada - BPC.

Essa redução visa contribuir com esse público, que terá certa economia no valor final do contrato.

Mas, vale lembrar que a redução nas taxas de juros já foi responsável por diversos impasses entre bancos e governo.

Em março de 2023, o CNPS reduziu o teto de empréstimo consignado 2,14% para 1,7% ao mês. Dessa forma, os bancos suspenderam a linha de crédito, justificando que o valor não compensava, pois não era suficiente para manter as operações.

Após negociações, Lula decidiu pela redução da taxa a 1,97%. Isso acalmou os ânimos dos bancos e eles retornaram com a oferta da linha de crédito. Referente a essa nova redução, ainda não houve informação sobre suspensão da linha.

Mas a tendência é as quedas continuem.

Para saber mais informações sobre o **INSS**, economia e finanças, você pode me acompanhar no meu canal

no You- Tube João Financeira e meu perfil no Instagram @joaofinanceiraoficial.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/impressa/12394/29-05-2024.html>

Para evitar "protagonismo", grupo de trabalho não terá hierarquia

DANIEL WETERMAN BIANCA LIMA

O grupo de trabalho formado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), não terá presidente, relator ou sub-relator para as propostas que serão votadas em plenário. O texto com as propostas de regulamentação da **reforma tributária** enviado pelo Ministério da Fazenda ao Congresso nem sequer será dividido em temas - e, estes, distribuídos a relatores específicos.

De acordo com integrantes do chamado G-7, segundo apurou o Estadão, Lira deu total autonomia para o grupo fazer as discussões. O objetivo da inexistência de hierarquia no grupo de trabalho foi evitar concentrar protagonismo em um ou outro membro do grupo.

"Não vai ter relator, sub-relator, coordenador. Todo mundo vai se envolver com tudo", diz o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), colega de partido de Lira e escolhido por ele como relator do arcabouço fiscal no ano passado. Cajado, porém, considera essa relatoria mais desafiadora do que a do arcabouço por causa do prazo exíguo.

"Vamos ter de correr para votar. Não adianta ter feito a PEC sem regulamentar. Então, teremos de fazer um esforço grande", diz ele, lembrando que há consenso na Casa para a votação ocorrer até o recesso.

Lira deixou de fora do núcleo o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), seu colega de partido, que foi relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** e era o nome preferido do governo para relatar também o texto de regulamentação.

"Estando no grupo, o deputado Aguinaldo poderia acabar inibindo a contribuição de outros pela sua própria natureza, mas será imprescindível a contribuição dele como um assessor permanente do grupo", disse o deputado Luiz Gastão (PSD-CE).

ESCOLHA DE LIRA. Para a formação do grupo, os partidos encaminharam uma lista de nomes a Lira - algumas bancadas mandaram mais de uma opção. Os nomes, porém, foram escolhidos diretamente pelo presidente da Câmara, ouvindo aliados mais próximos e presidentes dos partidos - que irão influenciar diretamente na escolha do seu sucessor ao comando da Casa. Assim, Lira contemplou as legendas maiores

e aquelas que têm pré-candidatos à sucessão.

Além de Cajado e Gastão, a lista inclui parlamentares ligados ao setor de serviços, que se considerou prejudicado na reforma aprovada em 2023, como o deputado Moses Rodrigues (União- CE). Também integram o G7 Reginaldo Lopes (PT-MG), um dos petistas mais próximos a Lira na Casa, e Joaquim Passarinho (PL-PA), presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), grupo ligado a empresas de comércio e serviços. Completam a lista Hildo Rocha (MDB-MA) e Augusto Coutinho (Republicanos-PE).

"O presidente Lira nos deu total autonomia. Ele só nos fez um pedido: não deixar aumentar a alíquota-padrão do IVA (estimada atualmente pela Fazenda em 26,5%)", afirmou Passarinho.

"Todo mundo quer alguma condição especial. A nossa grande tarefa será não deixar isso acontecer para não pressionar a alíquota geral." PLANTÃO. O grupo de trabalho promoverá discussões, reuniões e audiências públicas até elaborar o relatório e tem poder similar ao de uma comissão da Casa. É dele que sairão os pareceres que serão votados no plenário.

Lira reservou até uma sala de "plantão" para o núcleo dos sete deputados, no Anexo 2 da Câmara.

Eles vão se revezar para atender a parlamentares, representantes dos governos e lobistas que se interessam pelo projeto.

O número da sala, porém, não agradou: 171. O mesmo do artigo do Código Penal que trata do crime de estelionato (mais informações na pág. B4).

Uma das maiores pressões sobre o grupo deve vir do lobby pela inclusão das carnes na cesta básica nacional, com alíquota zero, um pleito dos supermercados e do agronegócio. Essas proteínas estão na lista de alíquotas reduzidas, com desconto de 60% em relação à cobrança cheia.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com prazo curto e relatoria dividida, Câmara inicia a 2ª fase da reforma

DANIEL WETERMAN BIANCA LIMA

A Câmara começou a discutir ontem o primeiro projeto que regulamenta a **reforma tributária** com um calendário apertado, uma relatoria dividida entre sete deputados e um movimento do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), para se fortalecer na disputa por sua sucessão.

O calendário estipulado por Lira prevê menos de 60 dias para a análise, contados desde ontem.

O presidente da Câmara quer votar a proposta antes do recesso parlamentar, que começa em 18 de julho. O objetivo é concluir a tramitação antes do segundo semestre, quando os parlamentares estarão voltados para as eleições municipais.

A regulamentação da reforma foi dividida em dois projetos de lei complementar. O primeiro, já enviado pelo governo, traz a espinha dorsal do novo sistema: o funcionamento do Imposto sobre Valor Agregado (o IVA, que unificará cinco **tributos**) e do Imposto Seletivo, o chamado "imposto do pecado", que incidirá sobre bens e serviços considerados nocivos à saúde ou ao meio ambiente. É nesse projeto que se definirá, por exemplo, quais itens vão compor a cesta básica nacional com alíquota zero e como será o funcionamento do cashback, o sistema de devolução de parte dos **tributos** à população mais pobre.

Já o segundo projeto vai detalhar o funcionamento do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o tributo que será criado para eliminar o ICMS e o ISS. A expectativa é de que seja apresentado na próxima semana.

Lira impediu que o projeto fosse votado por comissões antes do plenário e nomeou sete deputados de sua confiança para dividir a relatoria. No plenário, ele terá o poder de pautar a proposta para votação. "Vai ser uma maneira mais democrática, nós vamos retalhar, nós vamos estratificar mais. Quando você concentra, é uma chance maior de errar", disse ele, à GloboNews, em 25 de abril.

Tributaristas, porém, criticaram a não observância do regimento interno da Casa. Eles afirmam que esse modelo de tramitação retira a competência das comissões técnicas e fere a representação

proporcional partidária, uma vez que a escolha dos deputados que compõem o grupo de trabalho seria política.

Nos bastidores, o temor é de que a relatoria ultrafragmentada criada por Lira facilite mudanças no texto, sobretudo por pressão de grupos mais organizados, que têm fácil acesso aos parlamentares, e dos que têm pontes com o presidente da Câmara.

De acordo com aliados, o movimento é uma busca de Lira para se fortalecer na disputa pela sucessão do comando da Casa, marcada para fevereiro de 2025, e também para centralizar no grupo liderado por ele as negociações com o governo e com os setores econômicos interessados na reforma.

Lobby

Tributaristas temem que relatoria fragmentada facilite a pressão de setores organizados da economia

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma deve aumentar tributação do setor

Luiz Maciel Para o Valor, de São Paulo

Após sua aprovação pelo Congresso, a **reforma tributária** começa a ganhar contornos mais definidos nos debates que irão estabelecer as exceções para segmentos que parlamentares julgarem que necessitam de abrandamentos fiscais. Operadores logísticos, porém, trabalham com a previsão de que terão de arcar com custos maiores durante a transição para a nova lei, que passará a vigorar plenamente em 2033.

"Estimamos um aumento na ordem de 6% nos custos logísticos, que precisará ser repassado para os parceiros de negócio e para o consumidor final dos produtos transportados", diz Roberto Zampini, da Imediato Nexway, transportadora que presta serviços dedicados a empresas como Ambev, Mercado Livre e Raizen.

O cálculo, explica Zampini, leva em conta as adaptações que as empresas terão de fazer para compensar o gradativo fim de benefícios fiscais oferecidos por algumas regiões do país, além do desafio de conviver com dois regimes fiscais durante a transição tributária - a partir de 2027, alíquotas do sistema atual entrarão em queda progressiva, abrindo espaço para a cobrança dos futuros **impostos**, que avançarão na mesma proporção.

Para o especialista em direito tributário Cassiano Menke, do Silveiro Advogados, o impacto será tão maior quanto mais as empresas tenham apostado na locação ou construção de centros de distribuição em cidades que oferecem descontos tributários. "Essas empresas sairão de um patamar tributário entre 19% e 20%, considerando o que pagam hoje de ICMS, ISS, IP1, PIS e Cofins, tudo somado, para um de 25% a 27,5% com a cobrança do futuro IVA [Imposto sobre o Valor Agregado]", observa Menke. "A simplificação que virá com a reforma é positiva e tende a equilibrar as relações comerciais a médio prazo, mas até que isso aconteça o setor logístico será penalizado, sem dúvida nenhuma", conclui o advogado.

A cobrança do IVA no ponto de destino - ao contrário de hoje, com a tributação do produto na origem, onde as alíquotas podem variar muito - é a grande mudança para o setor na reforma e obriga as empresas a rever suas estratégias de distribuição. Para Menke, o momento é de acompanhar os desdobramentos da reforma e estudar alternativas. "Não é hora de tomar decisões definitivas, mas a tendência é de uma

pulverização de cenários de distribuição pelo país, em vez da concentração em grandes galpões em paraísos fiscais que deixarão de existir", diz.

O paraíso fiscal mais emblemático é a cidade de Extrema, no sul de Minas Gerais. Enquanto em São Paulo a alíquota do ICMS é de 18%, em Minas ela chega a 1,3% nas vendas interestaduais - e Extrema, a apenas 100 km da capital paulista, atraiu tantas empresas interessadas na vantagem tributária a ponto de se tornar o ponto de partida de um entre quatro itens vendidos pelo e-commerce brasileiro. Quem não providenciou um galpão lá, principalmente quando o comércio eletrônico explodiu no país, durante a pandemia, perdeu competitividade.

Ao deixar de oferecer, gradativamente, as vantagens atuais, Extrema vai depender das forças de mercado para se manter como polo de distribuição de mercadorias. "Espera-se um movimento natural de queda no valor das locações em Extrema, da mesma forma como os valores de galpões mais próximos de São Paulo serão valorizados. Mas é cedo para dizer o que vai acontecer com a cidade", pondera Pedro Moreira, presidente da Associação Brasileira de Logística (Abralog).

Se os transportadores de carga preveem que a **reforma tributária** trará um aumento nos custos num primeiro momento, compensado, talvez, por um crescimento dos negócios a médio e longo prazo, no segmento do transporte de passageiros não haverá grandes impactos. A reforma propõe alíquotas iguais ou semelhantes no transporte de passageiros urbanos, semiurbanos ou interestaduais em todos os modais, explica Menke.

Na aviação regional, a proposta mais avançada no Congresso propõe alíquota de 4% de IVA, cerca de 40% menor do que é cobrado hoje, para voos que não tenham as capitais brasileiras como origem ou destino, com as exceções de Manaus e Belém. A proposta, da deputada Greyce Elias (Avante-MG), beneficiaria empresas que atuam em 477 aeroportos no interior do país. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aprova a ideia e revelou que o governo deve enviar estímulos adicionais para que "a aviação regional faça parte do dia a dia do brasileiro".

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187889>

Câmara elimina isenção para compras de até US\$ 50

Brasília - A Câmara dos Deputados aprovou ontem à noite um projeto que acaba com a isenção para compras internacionais de até US\$ 50. Após acordo entre Congresso e o governo, será cobrado imposto de 20%. O projeto segue para o Senado. O fim da isenção para importações de até US\$ 50 foi incluído pelo relator, deputado Átila Lira (PP-PI), no projeto do governo que cria incentivos para estimular a indústria de veículos sustentáveis.

Inicialmente, a proposta do relator previa a incidência do imposto de importação federal, que é de 60%. Hoje, as compras do exterior abaixo de US\$ 50 são taxadas apenas pelo Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) estadual com alíquota de 17%.

Depois de semanas de negociações entre governos e Congresso, o relator chegou a um consenso e definiu a taxa em 20%. Os detalhes foram fechados ontem reuniões entre a equipe econômica e parlamentares. O presidente da Câmara, Arthur Lira, se reuniu com o presidente Lula para discutir a proposta. Lula havia sinalizado ser contra a taxa, mas disse que aceitava negociar.

Muitos deputados defendem a medida como forma de proteger a indústria nacional. Líderes chegaram a avaliar que, embora "antipático", o fim da isenção é necessário para estimular o varejo interno. Em sua justificativa, Átila Lira afirmou que a isenção tem "preocupado a indústria nacional.

"Propomos revogar a possibilidade de importações via remessa postal que hoje estão isentas, para não gerar desequilíbrio com os produtos fabricados no Brasil, que pagam todos os **impostos** e sofrem com a concorrência desleal de produtos isentos do exterior", argumenta. A Secretaria da **Receita Federal** informou que a isenção para compras internacionais de até US\$ 50, se mantida pelo governo federal, resultaria em "perda potencial" de arrecadação de R\$ 34,9 bilhões até 2027.

O fim da isenção do imposto em compras internacionais foi incluído pelo Congresso no projeto que cria o chamado Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover). O programa é uma das pautas prioritárias do Ministério da Indústria e Comércio, comandado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin. O objetivo central da medida é reduzir as taxas de

emissão de carbono da indústria automobilística até 2030. Em linhas gerais, o texto prevê benefícios fiscais para empresas que investirem em sustentabilidade e também estabelece novas obrigações para venda de veículos novos no país.

Pelo programa, as empresas que investirem em pesquisa, desenvolvimento e produção de tecnologias sustentáveis para a indústria automotiva poderão receber créditos financeiros. A proposta prevê um escalonamento dos recursos destinados a esse incentivo: 2024: R\$ 3,5 bilhões; 2025: R\$ 3,8 bilhões; 2026: R\$ 3,9 bilhões; 2027: R\$ 4 bilhões; e 2028: R\$ 4,1 bilhões.

O projeto foi apresentado pelo governo federal em dezembro passado, junto de uma medida provisória, com o mesmo teor, que perderá validade no fim deste mês. O projeto aprovado pelos deputados prevê que o governo federal poderá estabelecer obrigações ambientais para a venda de carros, tratores e ônibus novos no país. O texto prevê ainda que, na definição dos requisitos, deverão ser levados em conta pelo governo, por exemplo, a eficiência energética e a reciclabilidade do veículo. O descumprimento poderá levar ao pagamento de multas.

A proposta também cria uma espécie de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) "verde", que poderá elevar ou reduzir a alíquota do tributo sobre o veículo com base em seu impacto ambiental. Na prática, pagará menos **impostos** quem poluir menos. Durante a votação dos destaques, os deputados aprovaram a inclusão de bicicletas comuns e bicicletas elétricas no regime de incentivo. O objetivo é reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e desenvolver a indústria local.

"A inclusão de bicicletas e bicicletas elétricas no Programa Mobilidade Verde e Inovação - Mover representa uma medida essencial para fomentar a diversidade de meios de transporte sustentáveis, promovendo não apenas a mobilidade urbana, mas também alinhando-se aos princípios de descarbonização e sustentabilidade ambiental", afirmou o autor da emenda, deputado Jilmar Tatto (PT-SP).

conteúdo local

Os deputados também incluíram no projeto um dispositivo que estabelece a política de conteúdo local para as atividades de exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, aplicável ao regime de concessão. Na prática, é uma forma de estimular a produção nacional e a contratação de fornecedores brasileiros em condições equivalentes a de outros convidados.

Atualmente, o conteúdo local está previsto em cláusula contratual firmada pela ANP com empresas vencedoras de licitações e com a Petrobras nas fases de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo, gás natural e biocombustíveis. Na prática, é uma forma de estimular a produção nacional e a contratação de fornecedores brasileiros em condições equivalentes a de outros convidados.

60%

É O PERCENTUAL DE COBRANÇA QUE CHEGOU
AsEr DISCUTIDO

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Câmara aprova texto que taxa "comprinhas chinesas" em 20%

IANDER PORCELLA VICTOR OHANA

Após um acordo entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os deputados aprovaram ontem à noite taxaço de 20% do Imposto de Importação sobre as compras internacionais de até US\$ 50.

A medida foi incluída no projeto de lei que regulamenta o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), de incentivo ao setor automotivo.

Após semanas de impasse, a votação foi simbólica, uma forma de os parlamentares não se comprometerem com um tema que gerou polêmica na Casa. A expectativa é de que o texto seja votado hoje no Senado.

A alíquota de 20% sobre o e-commerce estrangeiro, que afeta sites asiáticos como Shein e Shopee, foi um "meiotermo" e substituiu a ideia inicial de aplicar uma cobrança de 60% sobre mercadorias que vêm do exterior com preço de até US\$ 50. No caso de valores superiores a US\$ 50, o percentual será de 60%. Além disso, há um limite de US\$ 3 mil para as remessas, de acordo com o parecer do relator, o deputado Átila Lira (PP-PI).

A taxaço das chamadas "comprinhas" era uma demanda do setor varejista nacional, que vê competição desleal com a isenção às empresas estrangeiras, já que hoje é cobrado apenas 17% de ICMS sobre o e-commerce internacional.

A medida recebeu o apoio de Lira. O PT, porém, tinha receio de que a medida impactasse de forma negativa na popularidade de Lula. O PL, partido do expresidente Jair Bolsonaro, também se posicionou inicialmente contrário à taxaço.

Para fechar o acordo, Lira foi ontem ao Palácio do Planalto conversar pessoalmente com Lula. Na ocasião, o presidente da Câmara defendeu a taxaço, enquanto o chefe do Executivo apresentou os argumentos para vetá-la. A proposta inicial era estabelecer uma alíquota de 25%. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o Planalto afirmou que, com esse percentual, o presidente da República ainda vetaria a medida. O acordo, então, foi fechado em 20%.

Em **comunicado** conjunto, o Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), a Associação Brasileira do Varejo Têxtil (Abvtex) e a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) manifestaram apoio à decisão da Câmara. "É um avanço relevante também que tenhamos, ao longo deste debate, desconstruído várias inverdades disseminadas pelas plataformas asiáticas." PESQUISA. Para se contrapor ao argumento de que a medida é impopular, Lira citou uma pesquisa segundo a qual a maioria dos consumidores de sites asiáticos é de classe alta.

Em abril de 2023, o Ministério da Fazenda chegou a anunciar o fim da isenção do imposto de importação para transações entre pessoas físicas, usadas pelas plataformas internacionais para não pagar **tributos** - apesar de serem pessoas jurídicas, essas empresas faziam parecer que o processo de compra e venda ocorria entre pessoas físicas.

No entanto, o Palácio do Planalto recuou na decisão, após repercussão negativa nas redes sociais e apelo da primeira-dama Rosângela da Silva.

Em agosto do ano passado, o governo federal lançou o programa Remessa Conforme, que isentou de imposto de importação as compras internacionais abaixo de US\$ 50 feitas por pessoas físicas no Brasil e enviadas por pessoas jurídicas no exterior. Para isso, as empresas precisaram se cadastrar na Receita, em uma espécie de plano de conformidade que regularizou essas transações.

Companhias como Shein, Shopee, AliExpress, Mercado Livre e Amazon aderiram voluntariamente à certificação e passaram a informar a Receita sobre as vendas remetidas ao País.

Com a aprovação do projeto, contudo, essa isenção dará lugar à cobrança de alíquota de 20%, que se somará aos 17% de ICMS.

MOVER. O Mover prevê R\$ 19,3 bilhões em incentivos fiscais até 2028 para o setor automotivo investir em veículos mais limpos, com objetivo de descarbonizar a frota e produzir novas tecnologias nas áreas de mobilidade e logística. Dois destaques foram aprovados: um incluiu bicicletas elétricas no programa. Outro criou uma política de conteúdo local para as atividades de exploração e produção de petróleo, gás

natural e outros hidrocarbonetos fluidos, aplicável ao regime de concessão

Taxação

60% vai ser a alíquota cobrada por produtos importados com valores superiores a US\$ 50

US\$ 3 mil será o limite para as remessas de outros países para o Brasil

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Compra no exterior até US\$ 50 terá tributo de 20%

GABRIEL SABÓIA E BERNARDO LIMA
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

A Câmara aprovou na noite de ontem o projeto de lei que prevê a volta do Imposto de Importação para compras no exterior de até US\$ 50 (cerca de R\$ 250 pela cotação atual) por pessoas físicas. O texto que inclui a chamada "taxa das blusinhas" foi apresentado pelo relator do projeto, o deputado Atila Lira (PP-PI), que estipula uma alíquota de 20% sobre o valor desses produtos. A proposta, aprovada de forma simbólica, segue agora para o Senado.

O projeto atinge as vendas de sites estrangeiros como os asiáticos Shein e Shopee. O assunto foi incluído no projeto de lei que institui o programa de incentivo ao setor automobilístico Mobilidade Verde e Inovação (Mover), o que foi considerado um "jabuti" -no jargão do Legislativo, quando um tema é incluído em proposta de assunto diferente. Além dos 20% de Imposto de Importação, será pago 17% de ICMS.

O assunto dividiu até mesmo a bancada governista nas últimas semanas. A isenção vinha desagradando aos varejistas brasileiros, que se queixavam da concorrência desequilibrada com importados.

A Receita já defendeu manter a isenção para compras até esse valor, já que existe hoje o programa Remessa Conforme.

A isenção também era defendida por deputados do PT, mas parte da base do governo, principalmente parlamentares mais próximos ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliavam que a retomada da taxa era necessária não só para igualar os sites estrangeiros ao varejo nacional, mas também como instrumento de arrecadação. Entidades patronais e de trabalhadores ligadas ao varejo defendem o fim da isenção, para aumentar a competitividade de produtos nacionais. O texto apresentado pelo relator também institui uma tabela progressiva, mantendo a alíquota de 60%, atualmente vigente, para importações acima de US\$50,01.

LULA SE REÚNE COM LIRA

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), chegou a defender o trecho da matéria em plenário e negou que fosse um "jabuti". Lira se reuniu

com Lula para discutir o tema e, após o encontro, defendeu um "meio termo": - Não queremos prejudicar ninguém. Tem setores, regiões, que estão desempregando, porque não aguentam a concorrência que, aparentemente, não é saudável.

Nos últimos anos, a Receita vinha alegando que os varejistas usavam uma brecha para vender para o Brasil sem imposto. A lei já permitia a remessa de pessoa física para pessoa física com isenção para produtos de até US\$ 50. E o Ministério da Fazenda afirma que as empresas vinham mandando produtos como se fossem pessoas físicas.

O órgão criou então o Remessa Conforme, um programa para regularizar e facilitar essas compras no exterior. Nesse programa, as remessas de até US\$ 50 ficaram isentas. Além disso, ficou estabelecido um ICMS de 17% em todos os estados -antes não havia uniformidade.

Antes da votação de ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a discussão sobre a volta do Imposto de Importação para compras de até US\$ 50 por pessoas físicas é uma "questão de Estado".

- Do meu ponto de vista, o melhor é que se possa ser tratado como uma questão de equilíbrio. Não é uma questão ideológica, mas uma questão de Estado. O Estado brasileiro que está protegendo na medida correta a competição em condições isolantes, (condições) iguais de competição. E disso desde o começo que isso se trata. Então vamos ver como é que o Congresso encaminha isso -disse.

Haddad disse que está tratando o assunto com o presidente Lula, mas não esclareceu se o governo irá vetar a alíquota. Na semana passada, o presidente Lula disse que a "tendência" no governo é de vetar a retomada de um imposto, mas afirmou o governo está aberto a "negociar".

- Isso não é questão que pode ser tratada de um ponto de vista partidário. A questão tem a ver com igualdade de condições de competição. As pessoas estão em busca desse equilíbrio. E o Congresso está fazendo uma mediação entre os vários interessados.

PROGRAMA MOVER

Toda a discussão foi colocada no projeto do Mover, que precisava ser aprovado até sexta para não perder validade. O programa prevê, até 2028, que as empresas do setor automobilístico que produzem no Brasil poderão obter créditos financeiros a serem usados para abatimento de quaisquer **tributos** administrados pela **Receita Federal** ou até serem ressarcidos em dinheiro.

Para isso, os fabricantes deverão realizar gastos em pesquisa e desenvolvimento ou produção tecnológica no país. São fixados limites anuais para tais créditos: em 2024, R\$ 3,5 bilhões. O valor sobe até chegar a, em 2028, a R\$ 4,1 bilhões.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O prejuízo da ilegalidade

Pirataria, contrabando, sonegação e fraude fiscal. Estas são algumas das ações ilegais que levaram o país a amargar um prejuízo de R\$ 453,5 bilhões em 2022, segundo levantamento "Brasil ilegal em números", produzido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelas federações da indústria do Rio (Firjan) e de São Paulo (Fiesp). Para especialistas, as estratégias para frear o avanço do mercado ilícito no país vão desde a redução de **tributos** para desincentivar o comércio ilegal - que ganha o consumidor pelo preço mais baixo - até a criação de uma política integrada para coibir de forma mais célere a ilegalidade.

Essas foram as sugestões trazidas por especialistas no painel "Os prejuízos do mercado ilícito na economia no país", em mais uma edição do Caminhos do Brasil, iniciativa dos jornais O GLOBO e Valor Econômico e da Rádio CBN, com o patrocínio do Sistema Comércio, através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas federações. No evento, realizado de forma on-line, participantes de diferentes setores deram a dimensão do peso da ilegalidade e teceram propostas para atenuar os danos.

Edson Vismona, presidente executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), disse que a falsificação e a pirataria geram perdas de bilhões de reais para as empresas e para os estados, além de prejuízo ao consumidor: -Ele também perde, uma vez que os produtos não seguem as normas técnicas.

EFEITO PARA O CONSUMIDOR

Para Vismona, o aumento seletivo de **impostos** - como proposto pela **reforma tributária** para frear o consumo de produtos que causam danos à saúde ou ao meio ambiente- pode fazer com que os brasileiros escolham itens ilegais em função do preço. Afinal, um produto com tributação maior tende a ser mais caro.

Cristiane Foja, presidente executiva da Associação Brasileira de Bebidas (Abrabe), afirma que no setor de bebidas alcoólicas, que tem a falsificação e o contrabando como desafios históricos, o peso da tributação acaba estimulando ainda mais o mercado ilícito.

- É automático: quando você aumenta a carga tributária de bebidas alcoólicas, você acaba empurrando o consumidor para a ilegalidade. E é difícil de identificar bebidas ilegais -disse ela, que defende a inclusão da situação econômica do brasileiro no

debate sobre tributação.

Já no setor de combustíveis, a sonegação soma R\$ 14 bilhões por ano, enquanto a adulteração e as fraudes respondem por mais R\$ 15 bilhões, segundo Emerson Kapaz, presidente do Instituto Combustível Legal.

Um relatório da CNI aponta que a perda em **impostos** diretos soma R\$ 136 bilhões. São **tributos** que deixaram de ser arrecadados pelo governo em diferentes esferas. Entre 16 setores econômicos, a perda chega a R\$ 297 bilhões. Há um impacto ainda na geração de vagas formais, diz o estudo. Levando em conta setores mais afetados pelo mercado paralelo, o Brasil deixou de gerar quase 370 mil empregos com carteira assinada em 2022.

Secretário executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP), Andrey Corrêa contou que o órgão tem buscado coibir o mercado ilegal por meio de intercâmbio de informações com outros países que fazem fronteira com o Brasil, com produção de inteligência e aproximação de atores públicos e privados.

CRIMINALIDADE

Corrêa avaliou, porém, que é preciso ampliar as ações de conscientização à população. Para ele, falta enfatizar o efeito em cadeia por trás do mercado ilegal e os riscos ao consumidor.

-O alto lucro das atividades de contrabando e pirataria financia outras práticas criminosas, como tráfico de drogas e de pessoas. Precisamos passar a mensagem clara de que, ao comprá-lo, você está gerando um mal para a sociedade e financiando uma cadeia criminosa -disse ele, ao citar a presença de substâncias tóxicas em produtos irregulares para consumo humano.

Para Cristiane Foja, da Abrabe, faltam políticas públicas mais amplas de combate ao mercado ilegal: - Essa atuação precisa ser sistêmica e não tópica.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

CNC assume combate ao comércio ilegal

O Brasil enfrenta um problema grave e persistente: o mercado ilícito, que gera perdas colossais. Para se ter uma ideia do estrago econômico, em 2023 o país contabilizou um prejuízo de R\$ 4536 bilhões com ações ilegais, como contrabando, pirataria, roubo, concorrência desleal por fraude fiscal, sonegação de **impostos** e furto de energia e água.

No centro dessa luta contra o mercado clandestino está a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que promove diversas iniciativas com o apoio de suas federações para combater esses crimes. O empresário José Roberto Tadros, presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, pontua que a compra de produtos falsificados gera perdas para toda a sociedade brasileira e provoca menor geração de empregos e queda na arrecadação.

-A compra de um produto falsificado a custo menor pode parecer a curto prazo um ganho para quem o consome, mas o preço real é pago por toda a sociedade: queda na arrecadação de **impostos**; menor criação de vagas de trabalho; estímulo ao crime organizado; produtos de baixa qualidade que podem gerar acidentes, intoxicações e outros problemas para os consumidores - enumera Tadros.

De acordo com o empresário, a pirataria alimenta o crime organizado e enfraquece as empresas brasileiras, que investem em pesquisa, desenvolvimento e geração de empregos. O Brasil, defende ele, "precisa de uma cultura de valorização da propriedade intelectual e da criatividade, e combater a pirataria é um passo importante para construir um país mais próspero e justo".

- São diversos os problemas que o mercado ilícito e a pirataria trazem, sendo o principal deles a criação de um ciclo vicioso que inclui desordem urbana, aumento da informalidade no mercado de trabalho e agravamento da insegurança pública - acrescenta Antonio Florencio de Queiroz Junior, presidente da Fecomércio-R J e vice-presidente Administrativo da CNC.

André Roncatto, representante da CNC no Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP) e coordenador da Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos da CNC, ressalta também os problemas de saúde que produtos de origem clandestina podem causar, como os óculos de proteção solar piratas, que não filtram a radiação U V,

nociva ao olho humano.

O dirigente ainda cita os perigos da utilização de peças de automóveis de origem clandestina, que não obedecem a padrões de qualidade e podem causar acidentes de trânsito fatais.

Roncatto ressalta que o mercado ilegal é uma megaestrutura que movimenta volumes financeiros enormes.

- Precisamos reconhecer que temos um inimigo robusto e organizado e que está com um percentual muito grande de aceitação. É necessário trabalhar com educação e conscientizar pessoas de todas as idades de que, ao comprarem produtos piratas, estão financiando o crime - defende ele.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Nova lei pode frear sonegação

O combate à sonegação fiscal está no centro das discussões da **Reforma Tributária**, cujo projeto de regulamentação foi entregue ao Congresso no fim de abril. Isso porque os cofres públicos deixaram de arrecadar cerca de R\$ 136 bilhões somente em 2022, de acordo com dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), resultado de **impostos** que não foram pagos. O valor equivale a 30% das movimentações ilegais realizadas naquele ano, que somaram R\$ 453,5 bilhões - o equivalente ao Produto Interno Bruto (**PIB**) de Santa Catarina.

A fim de coibir essa prática, há um projeto de lei (PL 15/2024) em tramitação na Câmara que propõe a criação de programas de conformidade tributária e **aduaneira**, sob o guarda-chuva da **Receita Federal**, e de uma regulamentação sobre devedores contumazes - indivíduos e empresas que se tornam inadimplentes de forma intencional e reiterada, provocando graves prejuízos para os cofres públicos. A pauta aguarda o parecer do relator Danilo Forte (União/CE) na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE). Também tramita no Senado o PL 164/ 2022, que prevê normas gerais para identificar e controlar essas práticas ilícitas.

-A demora do Congresso em aprovar as medidas mostra a força de quem não quer pagar **impostos** no Brasil - afirmou Edson Vismona, presidente executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), durante a live "Os prejuízos do mercado ilícito na economia do país".

CRIME SOFISTICADO

Segundo o especialista, existe uma sofisticação do crime organizado no Brasil, uma vez que organizações ditas empresariais se estruturam para não pagar **impostos**. Elas declaram, disse ele, mas não pagam a tributação.

- Isso é possível porque usam o direito administrativo para adiar o pagamento, principalmente em setores de combustíveis e cigarros.

Só esses dois segmentos respondem por R\$ 100 bilhões em dívida ativa -contou.

Para José Roberto Tadros, presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, a aprovação desse projeto de lei seria exemplo de medida a ser adotada para frear ilícitos, frisando que se deve considerar que mecanismos legais e eficazes precisam ser adotados

e atualizados.

- O devedor contumaz é aquela empresa que sobrevive do não pagamento de **impostos**, que foi aberta em nome de laranjas e busca sobreviver da sonegação de **tributos**, o que causa um grave dano à concorrência leal e à economia.

Emerson Kapaz, presidente do Instituto Combustível Legal, também concorda que o projeto de lei precisa ser aprovado com urgência. De acordo com o especialista, distribuidoras de combustíveis ligadas ao crime organizado costumam ter offshores (empresas abertas no exterior, comumente em paraísos fiscais) e, quando têm descoberto um CNPJ irregular, rapidamente abrem outra empresa.

-Para a pauta funcionar, é necessário haver integração entre iniciativa privada, Ministério da Justiça, Agência Nacional de Petróleo (ANP), governos e receitas estaduais. Se não houver coordenação, o crime organizado vai continuar crescendo com força - afirmou ele, acrescentando que a sonegação, adulteração e fraudes no setor de combustíveis resultam em perda de quase R\$ 30 bilhões por ano.

A sonegação impacta não apenas o erário, destaca ele, mas também a concorrência. Isso acontece porque quem deixa de pagar imposto pode cobrar mais barato pelos produtos, tirando a competitividade de quem cumpre as regras fiscais do país, explica Kapaz.

-O consumidor também perde, uma vez que os produtos não seguem normas técnicas. Temos dois grandes desafios: combater a oferta desses produtos ilegais e tentar impedir que a **reforma tributária** aumente os **impostos** do mercado legalizado - diz Vismona.

EFEITO DO PREÇO

O especialista destaca que a adoção do Imposto Seletivo, como está previsto pela **Reforma Tributária**, tem como intuito desestimular o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, com aplicação, por exemplo, sobre cigarros e bebidas alcoólicas. O efeito, porém, disse ele, pode ser o inverso, de estímulo ao consumo desses produtos ilegais, pelo menor preço.

Um levantamento do Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec RJ) realizado em

dezembro de 2023 aponta que 98,3% dos entrevistados da Região Metropolitana do Rio de Janeiro estão cientes de que pirataria é crime no Brasil. No entanto, 54,8% afirmaram já ter comprado algum produto pirata na vida e, desses, 58,3% se arrependeram da compra. Mesmo assim, 61,3% voltariam a comprar produto pirata.

Estima-se que, no Rio de Janeiro, a movimentação financeira com compras de mercadorias ilegais seja de R\$ 238,34 milhões por ano.

Quando perguntados sobre o principal motivo para comprar um produto pirata, 88,3% responderam que o preço é mais em conta, 58,6% disseram acreditar que os produtos originais são mais caros devido a **impostos** elevados; 11%, devido à margem de lucro elevada.

"A demora do Congresso em aprovar as medidas mostra a força de quem não quer pagar **impostos** no Brasil" Edson Vismona, presidente executivo do Etco

"Se não houver coordenação, o crime organizado vai continuar crescendo com força" Emerson Kapaz, presidente do Instituto Combustível Legal

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Compra de itens ilegais salta com e-commerce

O comércio on-line alcançou R\$ 185,7 bilhões em receita em 2023, com base nos 395 milhões de pedidos feitos por 87,8 milhões de pessoas que recorreram a meios digitais para fazer suas compras. Essa cifra corresponde a 9,2% do total registrado pelo varejo, de acordo com Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (Abcomm). A expectativa é que, neste ano, o e-commerce tenha um salto de 10% no faturamento, para R\$ 204,3 bilhões, alcançando R\$ 277,8 bilhões em 2028.

Nem todos os produtos que circulam no ambiente digital, porém, são legalizados. No ano passado, 35% dos itens falsificados adquiridos por brasileiros foram comprados pela internet. Em 2019, esse percentual era de 10%, de acordo com dados da Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF). O setor mais prejudicado, segundo a entidade, é o de cigarros, com perdas anuais de R\$ 4 bilhões, decorrentes da comercialização de produtos irregulares.

ISENÇÃO PARA ATÉ US\$50

A isenção de cobrança de imposto de importação para compras internacionais de até US\$ 50 por brasileiros em plataformas de e-commerce é alvo de crítica. Ontem, a Câmara aprovou proposta de taxaço de 20% para compras no exterior até US\$ 50.0 texto segue para o Senado.

Para Edson Vismona, presidente executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), a isenção "abre as portas ao mercado ilegal".

Hoje, pelo programa Remessa Conforme, compras do exterior feitas em plataformas participantes, são isentas de **impostos** federais e taxadas só pelo ICMS, com alíquota de 17%, arrecadado pelos estados. O imposto de importação federal, de 60%, incide sobre remessas acima desse valor.

A entrada de produtos piratas está no radar da **Receita Federal**. No fim de abril, o Fisco anunciou que vai adotar medidas para impedir a importação de remessas que contenham produtos falsificados, em nova etapa do programa. A ideia é entender quais são os padrões técnicos exigidos pela indústria e aplicá-los às importações. Para isso, a Receita mantém diálogo com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatei), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária

(Anvisa) e o Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

Semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a afirmar que poderia vetar a retomada da taxaço de remessas de até US\$ 50. As atenções se voltaram então para os debates do projeto que propõe a implementação do Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), que inclui a retorno da cobrança do imposto de importação sobre as remessas.

Andrey Corrêa, secretário executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), disse que o governo investe na repressão à pirataria: - A gente acredita em repressão, sobretudo no mercado eletrônico. Não só em plataformas de e-commerce, mas em redes sociais, que hoje em dia se tornaram verdadeiros mercados. É preciso conscientizar a população. E identificar os cabeças dessas organizações.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Projetos de lei podem frear sonegação

Natália Flach

O combate à sonegação fiscal está no centro das discussões da **Reforma Tributária**, cujo projeto de regulamentação foi entregue ao Congresso no fim de abril. Isso porque os cofres públicos deixaram de arrecadar cerca de R\$ 136 bilhões somente em 2022, de acordo com dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), resultado de **impostos** que não foram pagos. O valor equivale a 30% das movimentações ilegais realizadas naquele ano, que somaram R\$ 453,5 bilhões - o equivalente ao Produto Interno Bruto (**PIB**) de Santa Catarina.

Com o objetivo de coibir essa prática, há um projeto de lei (PL15/2024) em tramitação na Câmara que propõe a criação de programas de conformidade tributária e **aduaneira**, sob o guarda-chuva da **Receita Federal**, e de uma regulamentação sobre devedores contumazes - indivíduos e empresas que se tornam inadimplentes de forma intencional e reiterada, provocando graves prejuízos para os cofres públicos. A pauta aguarda o parecer do relator Danilo Forte (União/CE) na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE). Também tramita no Senado o PL 164/2022, que prevê normas gerais para identificar e controlar essas práticas ilícitas.

"A demora do Congresso em aprovar as medidas mostra a força de quem não quer pagar **impostos** no Brasil", afirmou Edson Vismona, presidente executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (IbEtc), durante a live sobre os prejuízos do mercado ilícito na economia do país.

De acordo com o especialista, existe uma sofisticação do crime organizado no Brasil, uma vez que organizações ditas empresariais se estruturam para não pagar **impostos**. Elas declaram, disse ele, mas não pagam a tributação.

"Isso é possível porque usam o direito administrativo para adiar o pagamento, principalmente em setores de combustíveis e cigarros. Só esses dois segmentos respondem por R\$ 100 bilhões em dívida ativa", afirmou.

Na opinião de José Roberto Tadros, presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, a aprovação desse projeto de lei seria exemplo de medida a ser adotada para frear ilícitos. Ele frisou, no entanto, que é preciso considerar que mecanismos legais e eficazes precisam ser adotados e atualizados.

"O devedor contumaz é aquela empresa que sobrevive do não pagamento de **impostos**, que foi aberta em nome de laranjas e busca sobreviver da sonegação de **tributos**, o que causa um grave dano à concorrência leal e à economia", afirmou Tadros.

Emerson Kapaz, presidente do Instituto Combustível Legal, também concorda que o projeto de lei precisa ser aprovado com urgência. De acordo com o especialista, distribuidoras de combustíveis ligadas ao crime organizado costumam ter offshores (empresas abertas no exterior, comumente em paraísos fiscais) e, quando têm descoberto um CNPJ irregular, rapidamente abrem outra empresa.

"Para a pauta funcionar, é necessário haver integração entre iniciativa privada, Ministério da Justiça, Agência Nacional de Petróleo (ANP), governos e receitas estaduais. Se não houver coordenação, o crime organizado vai continuar crescendo com força", afirmou ele, acrescentando que a sonegação, adulteração e fraudes no setor de combustíveis resultam em perda de quase R\$ 30 bilhões por ano.

A sonegação impacta não apenas o erário, destacou ele, mas também a concorrência. Isso acontece porque quem deixa de pagar imposto pode cobrar mais barato pelos produtos, tirando a competitividade de quem cumpre as regras fiscais do país, explicou Kapaz.

"O consumidor também perde, uma vez que os produtos não seguem normas técnicas. Temos dois grandes desafios: combater a oferta desses produtos ilegais e tentar impedir que a **reforma tributária** aumente os **impostos** do mercado legalizado", disse Vismona.

O especialista destaca que a adoção do Imposto Seletivo, como está previsto pela **Reforma Tributária**, tem como intuito desestimular o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, com aplicação, por exemplo, sobre cigarros e bebidas alcoólicas. O efeito, porém, disse ele, pode ser o inverso, de estímulo ao consumo desses produtos ilegais, pelo menor preço.

Um levantamento do Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec RJ) realizado em dezembro de 2023 aponta que 98,3% dos entrevistados da região Metropolitana do Rio de Janeiro estão cientes de que pirataria é crime no

Brasil. No entanto, 54,8% afirmaram já ter comprado algum produto pirata na vida e, desses, 58,3% se arrependeram da compra. Mesmo assim, 61,3% voltariam a comprar produto pirata.

Estima-se que, no Rio de Janeiro, a movimentação financeira com compras de mercadorias ilegais seja de R\$ 238,34 milhões por ano. Quando perguntados sobre o principal motivo para comprar um produto pirata, 88,3% responderam que o preço é mais em conta, 58,6% disseram acreditar que os produtos originais são mais caros devido a **impostos** elevados; 11%, devido à margem de lucro elevada.

Para Kapaz, a sonegação impacta não apenas o erário, mas também a concorrência

Consumidor perde com produto que não segue padrões, diz Vismona

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187889?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187889?page=1§ion=1)**

O desafio de combater o contrabando transnacional

Combater a ilegalidade tem sido um árduo desafio não apenas para o Brasil. Países desenvolvidos e emergentes tecem diferentes estratégias para reduzir o peso do mercado ilícito nas suas economias, mas não é uma tarefa fácil. Os níveis de sofisticação e complexidade dos crimes são cada vez maiores num ambiente globalizado e que hoje colhe os efeitos do boom do comércio eletrônico na pandemia. Para especialistas, parte das soluções passa por ações de inteligência integradas entre os países. Em outra frente, o fortalecimento da indústria nacional também é visto como um dos caminhos para desestimular a entrada de produtos estrangeiros irregulares, avaliam especialistas.

No caso brasileiro, que tem países como Paraguai e China como dois grandes parceiros comerciais, um dos principais desafios é coibir a entrada de produtos falsificados e contrabandeados que concorrem diretamente com marcas e empresas já estabelecidas no país.

-Tem uma triangulação de produtos vindos de outros mercados para ingressar pelo Paraguai, então atuamos nesse sentido de buscar a cooperação (entre países) e fortalecer o nosso sistema de proteção no território nacional -contou Andrey Corrêa, secretário executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP).

RISCO DA INTERNET

O mercado ilegal acompanhou o boom do comércio eletrônico durante a pandemia, lembrou Edson Vismona, presidente executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco). É fenômeno que impactou o Brasil em diferentes segmentos, do vestuário ao setor de bebidas, disse ele: - Há uma outra dimensão, que nós não tínhamos, que é a oferta digital. Essa é uma grande fonte de oferta de produtos ilegais e contrabandeados por empresas multinacionais. Elas defendem o compliance (conformidade com a lei), mas aceitam o comércio ilícito feito nas suas plataformas - afirmou Vismona, ao ressaltar a importância da indústria nacional na geração de empregos e citar prejuízos à economia local diante da entrada de produtos importados sem o devido pagamento de **impostos**.

- Desperdiçamos nosso mercado e atrapalhamos a cadeia produtiva local - complementou.

As indústrias de cigarro e bebidas também são duramente afetadas pelo comércio ilícito, cujos avanços são combatidos há décadas pelos países. Corrêa, do CNCP, lembrou que estes são segmentos com forte caráter transnacional, o que dificulta ainda mais o combate ao mercado bilionário do contrabando e da falsificação.

Cada país tem sua realidade, frisou o secretário, mas representantes das nações lançam mão da troca de tecnologias, informações, estratégias e fomentam ações conjuntas para conter o avanço do bilionário mercado de cigarros. Foi o que ocorreu num comitê de observância na ONU, que reuniu em fevereiro as forças de segurança de diferentes países para discutir formas de repressão ao mercado ilegal, contou Corrêa.

Segundo ele, a indústria ilegal de tabaco se tornou um problema global. Parte do problema está no cigarro falsificado ou contrabandeado do Paraguai e que encontra mercados no mundo inteiro. As autoridades europeias enfrentam hoje dificuldade para se antecipar aos criminosos, segundo Corrêa: - Quando se descobre uma forma desse produto entrar, já estão se criando outras rotas. Se um porto cria controles mais avançados, eles vão para um porto que não tem esses mecanismos. Outros países sofrem com essa situação, no Caribe e na América Latina. É um problema global.

No Brasil, que faz fronteira com o Paraguai, os desafios são outros. Há cigarros de marcas paraguaias produzidos no Brasil, mas que utilizam força de trabalho do país vizinho em regime análogo à escravidão, destacou Corrêa.

A diferença na tributação é outro estímulo à venda ilegal, disse Vismona, da Etco: -No Paraguai, eles pagam 13% de **tributos**. Aqui, eles pagam 70%. Aí está a lógica: eles têm um lucro brutal vendendo cigarros paraguaios no Brasil com rotas variadas, não só da Tríplice Fronteira, mas pelas Guianas, pelo Norte - apontou ele. -Éssa é a sofisticação do comércio ilegal: eles vão penetrando e tomando conta do mercado de todas as formas possíveis. Essa é a dimensão do grande desafio que temos que enfrentar.

BEBIDA DA VEZ NO ALVO

No caso do setor de bebidas alcoólicas, a dificuldade de o consumidor atestar a originalidade de um produto se modifica a cada ano que passa. Isso porque, explicou Cristiane Foja, presidente executiva da Associação Brasileira de Bebidas (Abrabe), as estratégias sobre quais rótulos serão adulterados, falsificados ou contrabandeados mudam conforme o hábito do consumidor.

-As bebidas mais falsificadas são as mais desejadas nos momentos de celebração. São aquelas que, naquela época do ano ou mês, estão sendo mais noticiadas ou desejadas pelos consumidores. É quando os forjadores veem oportunidades de lucrar em cima desse desejo.

Cristiane acrescentou: -A gente vem encontrando cada vez mais espumantes falsificados, o que é difícil até mesmo de vedar, é um processo mais complexo. E por quê? Porque o espumante no Brasil ganhou evidência, caiu no gosto dos brasileiros.

São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde se tem a maior incidência de eventos, são hoje, respectivamente, os estados que trazem maiores números de bebidas falsificadas apreendidas, segundo a Abrabe. Ainda assim, o consumidor não pode se iludir achando que existe apenas uma localidade ou uma categoria de bebida alcoólica mais falsificada que outras.

Para Corrêa, o comércio ilegal de cigarro e bebidas tem forte apelo transnacional, o que exige soluções integradas.

- O Brasil não vai conseguir resolver esse problema sozinho, assim como nenhum país conseguiu. Por isso temos trabalhado nessa rede -explicou ele. -É um cenário de complexidade altíssima e são redes de criminosos que atuam aqui e atuam lá. Temos que trabalhar conjuntamente.

"O Brasil não vai conseguir resolver esse problema sozinho, nenhum país conseguiu" Andrey Corrêa, secretário executivo do CNCP

"As bebidas mais falsificadas são aquelas que, naquela época do ano, estão sendo mais desejadas pelos consumidores" Cristiane Foja, presidente executiva da Abrabe

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Judiciário custou a cada brasileiro R\$ 653,70 em 2023

PEPITA ORTEGA

O Poder Judiciário custou R\$ 132,8 bilhões aos cofres públicos no ano passado. Conforme dados do relatório "Justiça em Números", produzido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o aumento foi de 9% em relação a 2022, quando os gastos somaram R\$ 121,8 bilhões.

É o maior valor da série histórica, iniciada em 2009, desconsiderando o valor da inflação.

O mais alto, até 2023, tinha sido o de R\$ 127,6 bilhões, em 2019. Cada um dos 203 milhões de brasileiros gastou R\$ 653,70 para bancar o Judiciário no ano passado.

A base dos números é do DataJud - plataforma que centraliza informações dos tribunais de todo o País. A despesa média mensal por magistrado - 18,2 mil juízes em todo o País - foi de R\$ 68,1 mil, valor que supera em cerca de R\$ 24 mil o teto do funcionalismo público (equivalente aos subsídios de um ministro do Supremo Tribunal Federal).

PEC. Os dados de 2023 foram divulgados em um cenário em que o Congresso volta a debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Quinquênio, cuja aprovação tem impacto estimado de mais de R\$ 40 bilhões ao ano. A proposta, de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), prevê um bônus automático de 5% nos vencimentos de juízes, procuradores e promotores a cada cinco anos.

Como mostrou o Estadão, nota técnica da consultoria do Senado apontou que a PEC compromete a entrega de serviços essenciais à população e põe em risco a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

As despesas do Judiciário com pessoal bateram R\$ 119,78 bilhões em 2023, o equivalente a 90,2% do custo total do Poder. Desse montante, 82% foram gastos com as remunerações de magistrados e servidores, incluindo inativos (R\$ 98,1 bi); 9,3% corresponderam ao pagamento de benefícios (R\$ 11 bi); 4% estão ligados a "despesas em caráter eventual e indenizatório" (R\$ 4,7 bi); 4% foram gastos com terceirizados; e 0,7%, com estagiários (R\$ 892 mi). O Estadão tem revelado a existência de supersalários de

magistrados.

Os subsídios são elevados com penduricalhos - vantagens e benefícios que não são submetidos ao abate-teto.

TURBINADOS. O CNJ reconhece os holerites turbinados.

"Por se tratar de um valor médio, eventuais indenizações recebidas em razão de decisão judicial destinadas a um pequeno grupo de indivíduos podem impactar sobremaneira nas médias apresentadas, especialmente em órgãos de pequeno ou médio porte, com menor quantitativo de pessoas." A Corte com maior custo médio mensal por magistrado foi o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (R\$ 120,3 mil), seguido pelos tribunais de Mato Grosso (R\$ 116,6 mil) e do Tocantins (R\$ 111,5 mil).

Procuradas, as Cortes não se manifestaram.

Acima do teto - R\$ 68,1 mil foi o valor da despesa média mensal por magistrado

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Judiciário gastou R\$ 132,8 bi no ano passado, recorde histórico

Renato Alves

O Judiciário brasileiro gastou R\$ 132,8 bilhões em despesas como salários de servidores e equipamentos no ano passado, o equivalente a 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) do país ou 2,38% dos gastos da União, Estados, Distrito Federal e municípios. Um recorde desde 2009, quando o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) passou a divulgar o custo desse Poder.

O valor de gastos do Judiciário corresponde a quase o dobro do montante arrecadado pela própria Justiça em 2023, que somou R\$ 68,74 bilhões (52% das despesas). A cifra diz respeito às custas processuais (valor pago pela parte que perdeu a ação), taxas, impostos e execuções fiscais e previdenciárias, entre outros.

A maior parte dos gastos (90,2%) é com pessoal: R\$ 119,7 bilhões. Os tribunais brasileiros têm 446.534 servidores, sendo 18.265 magistrados. A despesa com pessoal inclui, além do pagamento dos salários, todos os benefícios, como auxílio-alimentação, diárias, passagens e gratificações.

A média mensal com despesa com pessoal no Judiciário varia conforme a função. O maior valor médio é dos magistrados, com R\$ 68,1 mil, seguido pelos servidores (R\$ 20,1 mil), pessoal terceirizado (R\$ 5.100) e estagiários (R\$ 1.362). Os dados constam no mais recente relatório "Justiça em Números", divulgado ontem pelo presidente do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso.

Sobre os gastos, Barroso ressaltou que aproximadamente metade dos processos no país tramita com gratuidade, ou porque são do poder público, ou porque são de pessoas sem condições financeiras. Se tal pagamento fosse feito, a Justiça poderia recolher aos cofres públicos mais do que gasta no ano e ser superavitária, destacou.

Em relação ao gasto com pessoal, ele disse ser normal. "É natural que seja assim. O Judiciário não é o Executivo, que implementa grandes obras, comprometido com grandes investimentos. Nosso investimento é com pessoal qualificado para fazer uma justiça tão célere quanto possível", afirmou na abertura da sessão do CNJ de ontem, em que apresentou o relatório.

No documento, o CNJ destaca que os gastos do Judiciário mantiveram-se relativamente constantes em relação ao PIB em 2023, mas estão abaixo dos patamares registrados entre 2015 e 2019. O percentual das despesas em relação do PIB caiu de 2020 para 2021, pois nesse período houve alta do PIB, com redução das despesas no Judiciário.

PRODUTIVIDADE. O levantamento mostra também um aumento de 6,9% na produtividade do Judiciário brasileiro em 2023. O índice leva em conta o número de processos baixados, ou seja, que tiveram julgamento definitivo naquela instância durante todo o ano passado. A alta foi puxada pela Justiça Estadual, pela Justiça do Trabalho e pelos Tribunais Superiores.

Foram encerrados 34,98 milhões de processos, sendo 25,3 milhões na Justiça Estadual (8,7% mais que em 2022), 4,5 milhões na Justiça Federal (queda de 9,1%), 4,1 milhões na Justiça do Trabalho (alta de 20,1%), 212 mil na Justiça Eleitoral (queda de 19,6%), 3.900 na Justiça Militar (queda de 3,6%) e 734 mil nos Tribunais Superiores (alta de 4,7%).

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Com dívidas judiciais, déficit público vai a 2,23% do PIB em 12 meses

O governo central registrou em abril déficit primário acumulado em 12 meses de R\$ 253,4 bilhões, o equivalente a 2,23% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Os números, divulgados ontem pelo Ministério da Fazenda, levam em conta Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central (BC), excluindo despesas com a dívida pública.

Em entrevista coletiva concedida para detalhar os números, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, destacou que, na conta do resultado primário acumulado, entram fatores que inflaram o déficit e que desaparecerão ao longo do tempo. Um deles são os precatórios pagos no ano passado, que não tinham sido quitados em anos anteriores. Outro foi a antecipação do pagamento de precatórios e do 13-salário da **Previdência Social** referentes a este ano. Somente essa antecipação, de acordo com Ceron, foi responsável por elevar as despesas da União em R\$ 38 bilhões nos quatro primeiros meses de 2024, em relação ao mesmo período de 2023.

"Estamos buscando no médio prazo uma reversão do processo de degradação fiscal", disse.

A meta de resultado primário para 2023 é de déficit zero, com intervalo de 0,25 ponto percentual do **PIB**, aproximadamente R\$ 29 bilhões, para cima ou para baixo. O governo federal projeta atualmente resultado negativo de R\$ 14,5 bilhões.

Na entrevista, o secretário também afirmou que, se for necessário, a União poderá implantar novas medidas para colocar os gastos previdenciários em uma "dinâmica sustentável" - além da revisão de despesas que já vem sendo realizada.

"A dinâmica do regime previdenciário merece atenção", disse, destacando o "crescimento relevante" dos gastos com benefícios previdenciários e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Entre abril do ano passado e o mesmo mês deste ano, o déficit acumulado em 12 meses do Regime Geral de **Previdência Social** passou de R\$ 278,5 bilhões para R\$ 327,3 bilhões, em valores já corrigidos pela **inflação**.

Já a arrecadação com concessões e participações vem passando por uma queda que, embora seja "bem consistente", é também "fruto de decisão consciente

do governo" de priorizar modicidade tarifária no lugar de valores elevados de outorgas, segundo Ceron. Na comparação com o primeiro quadrimestre do ano passado, o recuo foi de 62,3%, para R\$ 1,5 bilhão.

Em abril especificamente, o governo central registrou superávit primário de R\$ 11,1 bilhões, contra resultado positivo de R\$ 15,6 bilhões no mesmo período de 2023. O superávit do mês passado foi fruto principalmente de resultado positivo de R\$41,5 bilhões do Tesouro e déficit de R\$ 30,2 bilhões da **Previdência Social**.

Em relatório, o economista Fábio Serrano, do BTG Pactual, afirma que o cumprimento da meta de resultado primário deste ano "segue um cenário possível, ainda que não o mais provável". Excluindo os gastos para combater as enchentes do Rio Grande do Sul, que não entram no cálculo da meta, o BTG calcula déficit de R\$ 56 bilhões para 2024, "que poderá ser reduzido" para R\$ 50 bilhões "caso a Petrobras pague a parcela dos dividendos extraordinários que ainda não foi distribuída".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187889?page=1§ion=1>

Gasto com servidores e terceirizados aumenta

PEPITA ORTEGA

O relatório "Justiça em Números", produzido anualmente, indica ainda quanto foi o gasto mensal, no Judiciário, com servidores (R\$ 20,1 mil), terceirizados (R\$ 5,1 mil) e estagiários (R\$ 1,3 mil). Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), houve um aumento de 1,8% nas despesas por magistrado, de 6,5% nos gastos por servidor, de 4,8% entre terceirizados e de 21,4% por estagiários.

Ainda de acordo com o documento, o gasto com o Judiciário em 2023 representa 1,2% do **PIB** ou 2,38% dos gastos totais de União, Estados, Distrito Federal e municípios. O relatório consolida estatísticas de 91 órgãos do Poder Judiciário, sem contar o Supremo Tribunal Federal e o próprio CNJ.

São apresentados dados dos 27 Tribunais de Justiça estaduais, dos seis Tribunais Regionais Federais, dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho, dos 27 Tribunais Regionais Eleitorais, dos três Tribunais de Justiça Militar estaduais, além de Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal Militar.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Contas do governo têm pior resultado para abril desde 2020

THIÁIS BARCELLOS *thais.barcellos@bsboglobo.com.br*
BRASÍLIA

As contas do governo federal fecharam abril com um superávit primário de R\$ 11,082 bilhões. Mesmo no campo positivo, o saldo entre receitas e despesas, sem contar gastos com juros, é o menor registrado para o mês desde 2020, quando houve déficit de R\$ 120,269 bilhões - no auge da crise causada pela Covid-19. Os dados do Tesouro Nacional foram divulgados ontem. Em 2023, o quarto mês do ano registrou superávit de R\$ 16,212 bilhões.

O superávit do mês ficou pior do que a mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal, do Ministério da Fazenda, que indicava um superávit primário de R\$ 18,273 bilhões. O resultado ocorre depois de, em abril, ter havido um novo recorde da arrecadação federal de **tributos**, que somou R\$ 228,9 bilhões - o maior montante para o mês da série iniciada em 1995.

De acordo com o Ministério da Fazenda, descontada a **inflação**, houve um crescimento de 12,4% das despesas em abril ante igual mês de 2023. Enquanto isso, a receita líquida aumentou em 8,4%.

O avanço das despesas decorreu principalmente dos gastos com benefícios previdenciários, que cresceram R\$ 11,7 bilhões ante o mesmo mês de 2023. Destes, R\$ 8 bilhões devem-se à antecipação do pagamento do 13º salário de aposentados, cuja primeira parcela foi paga em abril.

Houve também elevação no Benefício de Prestação Continuada (BPC), no valor de R\$ 1,5 bilhão, reflexo do aumento no número de beneficiários e da política de valorização real do salário mínimo, e crescimento das despesas com pessoal e encargos sociais em R\$ 1,4 bilhão, em função principalmente de reajustes salariais concedidos ao funcionalismo público em 2023. Além disso, as despesas não obrigatórias subiram R\$ 2,2 bilhões.

No acumulado do ano até abril, o resultado é positivo em R\$ 30,605 bilhões. A meta do governo é zerar o déficit público neste ano.

CRÉDITO EXTRA DE R\$ 15,8 BI

Ontem, o governo abriu um crédito extra de R\$ 15,8

bilhões no Orçamento deste ano. O valor extra foi aprovado pelo Congresso.

A maior parte dos recursos (R\$ 14 bilhões) será destinada para o Ministério da **Previdência Social**, em que o crédito vai atender demandas relacionadas ao pagamento de benefícios previdenciários e compensação previdenciária.

Em entrevista ontem, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, reconheceu que o crescimento do gasto com benefícios previdenciários merece atenção e indicou que a equipe econômica deve propor novas medidas, além do pente-fino, a depender das causas, que estão sendo analisadas.

Como mostrou O GLOBO na segunda-feira, a manutenção da vinculação ao salário-mínimo, que atualmente é reajustado com a **inflação** e a variação do **PIB**, gera uma trajetória explosiva para os gastos previdenciários.

- Há crescimento relevante tanto nos benefícios previdenciários quanto no BPC -disse Ceron.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Com precatórios, déficit primário em 12 meses vai a 2,23% do PIB

Estevão Taiare Guilherme Pimenta

Nos 12 meses até abril, o déficit primário do governo federal atingiu R\$ 253,4 bilhões, ou 2,23% do **PIB**, um número muito distante da meta deste ano, de zerar o resultado fiscal que exclui os gastos com juros. O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse que, nessa conta, entram fatores que inflaram o déficit e que desaparecerão ao longo do tempo. Um deles são os precatórios pagos no ano passado, que não tinham sido quitados em anos anteriores. Outro foi a antecipação do pagamento de precatórios e do 13-salário da **Previdência Social** referentes a este ano.

Em 2025, o governo vai desembolsar um valor recorde de precatórios. O número deve superar R\$ 100 bilhões, envolvendo tanto precatórios de montante mais alto quanto as chamadas requisições de pequeno valor (RPVs). Apesar disso, a Advocacia-Geral da União (AGU) projeta que, até 2027, é possível colocar essa despesa em trajetória de queda. Página A2

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187889?page=1§ion=1>

Contas federais têm superávit de R\$ 11,1 bilhões no mês de abril

Neste mês de abril, o Governo Central, composto pelo Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central, registrou um superávit de R\$ 11,1 bilhões. Este resultado representa uma queda em relação ao superávit de R\$ 15,6 bilhões alcançado no mesmo período do ano anterior, conforme divulgado pelo Tesouro Nacional nesta terça-feira (28). O desempenho ficou abaixo das expectativas, que previam um superávit primário de R\$ 18,3 bilhões, segundo a pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda.

A análise detalhada dos resultados revela que o Tesouro Nacional e o Banco Central apresentaram um superávit combinado significativo de R\$ 41,4 bilhões. No entanto, isso foi contrabalançado por um déficit de R\$ 30,3 bilhões no Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS). Esse desempenho é atribuído ao aumento real de 8,4% nas receitas líquidas, equivalente a R\$ 14,7 bilhões, e ao crescimento de 12,4% nas despesas totais, que somaram R\$ 19,9 bilhões.

Um dos principais fatores que contribuíram para o aumento das receitas foi a elevação de R\$ 9,6 bilhões na arrecadação da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) e de R\$ 2 bilhões no PIS/Pasep, impulsionados pela exclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. Outros aumentos notáveis incluem R\$ 1,7 bilhão no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), principalmente devido à redução das compensações tributárias, e R\$ 1,3 bilhão no Imposto de Importação, refletindo o aumento do volume de importações e variações na taxa de câmbio e alíquota efetiva.

Além disso, houve um incremento de R\$ 3 bilhões na arrecadação líquida para o RGPS, decorrente do aumento da massa salarial, da geração de empregos formais e da arrecadação proveniente do Simples Nacional.

Quanto às despesas, o principal impulsionador do aumento foi o acréscimo de R\$ 11,7 bilhões nos pagamentos de benefícios pre-videnciários. Este aumento está relacionado à antecipação do calendário de pagamento do 13º salário da **Previdência Social** para abril, maio e junho deste ano, em comparação com maio, junho e julho do ano passado.

Outros fatores que contribuíram para o crescimento das despesas incluem um aumento de R\$ 1,5 bilhão nos benefícios de prestação continuada, devido ao aumento no número de beneficiários e à política de valorização real do salário mínimo; um aumento de R\$ 1,4 bilhão em despesas com pessoal e encargos sociais, principalmente por conta de reajustes salariais concedidos em 2023; e um aumento de R\$ 2,2 bilhões em despesas discricionárias.

No acumulado de janeiro a abril, o superávit primário do Governo Central foi de R\$ 30,6 bilhões, uma redução em comparação com o saldo positivo de R\$ 46,8 bilhões registrado no mesmo período do ano anterior. Este resultado é composto por um superávit de R\$ 122,9 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e um déficit de R\$ 92,3 bilhões na **Previdência Social**.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>

Mesmo com receita crescente, déficit primário anual piora

29/05/2024 05h02 Atualizado há 2 horas

As receitas federais estão crescendo em um forte ritmo - só são superadas, por boa distância, pelo avanço das despesas. O governo central (Tesouro, Banco Central e **Previdência Social**) teve superávit de R\$ 11,1 bilhões em abril, com a arrecadação subindo 7,8%, já descontada a **inflação**. Mesmo assim, esse foi o quarto pior resultado mensal de toda a série histórica. Nos primeiros quatro meses do ano, com a boa dose de arrecadação obtida, o déficit das contas, que incluem a Previdência, está subindo. O resultado negativo em 12 meses em dezembro de 2023 foi de R\$ 230,5 bilhões (2,12% do **PIB**) e se elevou agora para R\$ 253,4 bilhões (2,23% do **PIB**). O motivo é a corrida dos gastos, que no quadrimestre subiram 12,6% acima da **inflação**, na comparação com os 8,9% das receitas líquidas (exclui transferências) no mesmo período.

O peso maior do ritmo de elevação das despesas recai sobre os regimes previdenciários, cujo rombo, de janeiro a abril, aumentou para R\$ 92,9 bilhões, 12,6% acima da **inflação**. Os rombos dos regimes previdenciários civis, dos **servidores públicos** e dos militares, em 12 meses encerrados em abril, atingiram R\$ 435,8 bilhões (4,1% do **PIB**). A pressão maior veio do regime geral, cujo pagamento de benefícios foi R\$ 85,3 bilhões maior, enquanto a arrecadação própria não evoluiu nem a metade disso (R\$ 36,4 bilhões).

O nível atual de despesas, em 12 meses, é de 20,1% do **PIB**, já superior ao do período pré-pandemia - o mesmo ocorreu com os gastos obrigatórios, de 18,1% do **PIB**. Segundo o secretário do Tesouro, Rogério Cerón, a antecipação do pagamento do 13º salário dos aposentados elevou as despesas em R\$ 38 bilhões no primeiro quadrimestre. No ano, fora os benefícios previdenciários, outros gastos têm realce. O governo antecipou o pagamento dos precatórios, cuja conta foi de R\$ 30,7 bilhões. Esses gastos estão excluídos da meta fiscal até 2026, inclusive. Os benefícios de prestação continuada da Loas consumiram no período R\$ 35,5 bilhões, com avanço real de 17,6%.

O início do ano foi o melhor período da arrecadação federal, com crescimento do emprego, da massa salarial e do consumo, desempenho que não deve se repetir. A economia deve esfriar um pouco nos próximos meses, ainda como efeito das altas taxas de

juros. Mesmo a previsão mais otimista, a do governo, indica um crescimento de 2,5%, inferior aos 2,9% de 2023. Boa parte das apostas para o **PIB** do primeiro trimestre é positiva, com evolução de até 0,8%. Se, em um período favorável para a atividade, conjugado ao aumento de **impostos** aprovado pelo Congresso, as contas públicas não estão caminhando para o déficit zero, as chances de que o farão no resto do ano são bem menores.

O governo conta com outras receitas, fruto do pacote de medidas para elevar a arrecadação. A volta do voto de minerva para a Receita nas decisões do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, que reverteria parte dos julgamentos desfavoráveis ao Tesouro, e a criação de mecanismos para a realização de acordos com grandes devedores, as transações tributárias, deveriam trazer para os cofres públicos R\$ 97,8 bilhões. A lei orçamentária estimava ganhos de R\$ 54,7 bilhões no caso da mudança no **Carf** e de R\$ 43,1 bilhões no caso das transações. Até o fim de abril, porém, ingressaram, respectivamente, R\$ 6 bilhões e R\$ 13 bilhões (O Globo, 28 de maio), confirmando provisoriamente a avaliação de analistas privados de que as previsões de receitas oficiais estão superestimadas.

A evolução das contas públicas mostra o ponto fraco do regime fiscal, concebido desde o início para impulsionar gastos, dentro de certos limites (0,6% a 2,5% reais). A troca do teto de gastos, que não permitia aumento real das despesas, a despeito do desempenho das receitas, pelo novo regime fiscal, que não controla despesas e as estimula quanto maior for a arrecadação, piorou o resultado fiscal. O novo esquema trouxe a impressão inicial, que desvanece, de que o aumento do endividamento público cresceria menos e mais devagar. Mas as despesas apresentam agora crescimento real superior ao da média do período 1996-2014 (entre 6,2% e 7% acima da **inflação**, segundo o Ipea).

Para 2025, as despesas possivelmente serão corrigidas pelo teto. A receita ajustada, que serve de parâmetro para o percentual de aumento real de gastos, calculada entre julho de 2023 e junho de 2024 está em alta e registrou até abril avanço de 5,22%. Dificilmente cairá abaixo de 3,7%, limiar que ratifica os 2,5%. Isso só não ocorrerá se o governo descumprir sua meta de déficit zero, o que o obrigará a reduzir a

proporção de aumento das despesas em relação ao aumento de receitas a 50% em 2025. Antes de completar o primeiro ano de vigência, o governo afrouxou a meta de 0,5% de superávit a valer em 2025, para zero de novo.

Não é improvável que, diante da iminência de um fracasso em atingir a meta - os analistas privados não contam com um déficit inferior a 0,25% do **PIB** e preveem resultados negativos em todos os anos até o fim do mandato de Lula -, o governo faça nova mudança que o desobrigue de conter as despesas. Afinal, essa nunca foi a função do novo regime fiscal.

Site:

<https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2024/05/29/mesmo-com-receita-crescente-deficit-primario-anual-piora.shtml>

Governo tem superávit primário de R\$ 11,1 bi em abril

AGÊNCIA BRASIL

O Governo Central, que reúne o Tesouro Nacional, a **Previdência Social** e o Banco Central, foi superavitário, no mês de abril, em R\$ 11,1 bilhões, ante saldo positivo de R\$ 15,6 bilhões no mesmo mês do ano passado, informou, nesta terça-feira (28), o Tesouro Nacional.

NÚMEROS - O Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R\$ 41,4 bilhões, enquanto o Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) teve déficit primário de R\$ 30,3 bilhões.

INFLUENCIADORES - Entre os fatores que influenciaram no crescimento real da receita líquida estão o aumento de R\$ 9,6 bilhões da Cofins e de R\$ 2 bilhões no Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor.

Site: <https://www.jornalmeio.com/jornais/20240529>

Quase 50% dos MEIs ainda não entregaram declaração à Receita; prazo acaba na sexta

Quase metade dos MEIs (microempreendedores individuais) ainda não entregaram a DASN-Simei (Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual) a apenas dois dias do fim do prazo.

Segundo dados da **Receita Federal**, o documento foi enviado por 7,91 milhões até às 11h desta terça-feira (28). De acordo com o Sebrae, o Brasil tinha 15.719.345 MEIs ativos em 2023 que precisam encaminhar o documento ao fisco. Portanto, apenas 50,33% remeteram os dados.

O prazo coincide com o último dia de declaração do Imposto de Renda, e o microempreendedor pode ter trabalho dobrado, caso seja obrigado a fazer o acerto de contas com o Leão.

Enquanto a DASN-Simei é obrigatória, nem todo MEI precisa declarar o IR. Isso porque o Imposto de Renda atende a regras específicas da Receita. O microempreendedor terá de ver quais são as normas e fazer os cálculos para saber se pode ser enquadrado em alguma delas exigências.

Caso esteja, também terá de entregar a declaração como pessoa física. A entrega dos dois documentos em atraso resulta em multa.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Apenas quem mora nas 399 cidades que estão em situação de emergência ou em estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul terão um prazo maior. A declaração do IR foi prorrogada até 30 de agosto, enquanto a DASN-Simei precisa ser entregue até 31 de julho.

"Todo mundo que é MEI precisa ter clareza que você tem obrigações como pessoa física e jurídica. Entregar a DASN-Simei não exime a entrega do IR se a pessoa estiver nas regras de obrigatoriedade", afirma Diego Zacarias dos Santos, gerente-executivo da Contabilizei.

O MEI também deve entregar até 31 de maio a DASN-Simei, que é obrigatória para todos os

microempreendedores. O documento é preenchido pelo site do Simples Nacional ou pelo aplicativo APP-MEI, que está disponível nas lojas oficiais da PlayStore (para Android) e AppStore (para iOS), sendo que o desenvolvedor é Serviços e Informações do Brasil.

O documento precisa ser enviado mesmo se o MEI não teve faturamento em 2023.

Veja abaixo o passo a passo para fazer a declaração

Entrar no portal Simples Nacional (<https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>)

Clicar no menu no canto esquerdo superior, ir em Serviços Públicos e selecionar DASN SIMEI - Declaração Anual para o MEI

Informe o CNPJ da empresa e vá em Continuar. Verifique se estão corretos o CNPJ e a razão social que aparecem no topo da página.

Na aba "Iniciar", vá em Ano Calendário e selecione 2023 para fazer a declaração do ano passado

Em tipo de declaração, selecione "Original", caso seja o primeiro envio do ano passado. Se a declaração for retificadora, selecione "Retificação".

Na aba "Preencher", informe a receita bruta anual obtida em cada item: comercial e indústria, e prestação de serviços. É preciso separar as receitas das atividades em seu campo específico. O programa fará a somatória da receita bruta das atividades.

Caso não tenha ocorrido receita no ano-calendário, deixe R\$ 0,00 no campo respectivo

Em seguida, responda se o MEI teve funcionários durante o ano da declaração e clique em Continuar

Na aba "Resumo", não é preciso preencher nada. O item serve como uma verificação do pagamento mensal do DAS feito durante o ano. Quando a coluna Pago estiver com um traço é porque não houve registro do pagamento do tributo. Feita a checagem, clique em Transmitir.

Na aba "Conclusão", é disponibilizada a informação se a declaração foi transmitida, o ano calendário, o tipo de declaração e o horário. Clique em Recibo da entrega para salvar uma cópia da transmissão da declaração ou então imprimir o recibo.

O programa verificará também se foi ultrapassado o limite estipulado pela legislação. O MEI deve ter um faturamento bruto anual máximo de R\$ 81 mil, o que dá R\$ 6.750 por mês. No caso do MEI caminhoneiro, o teto é de R\$ 251.600 no ano, sendo R\$ 20.966,67 mensal.

"Caso o limite seja extrapolado, a pessoa não poderá mais operar como MEI no ano-calendário seguinte, sendo enquadrado para ME (microempresa) ou EPP (empresa de pequeno porte) de acordo com o seu faturamento", afirma Santos.

Caso o total de receitas tenha ultrapassado em 20% o valor-limite durante 2023, o MEI precisa fazer o novo enquadramento e mudar a tributação paga em todo o ano.

"Se o faturamento foi superior ao limite em novembro, ele teria de mudar a tributação em dezembro e ainda recolher o retroativo de janeiro até novembro", comenta o especialista. O pagamento é feito com a emissão de um Darf (Documentação de Arrecadação de Receitas Federais).

O envio da DASN-Simei é obrigatório e quem perde o prazo deverá pagar multa mínima de R\$ 50 ou 2% do valor total dos **tributos** declarados por mês de atraso.

A multa pode ter acréscimo de 0,33% por dia, com limite de 20% ao mês, mais 1% por mês atrasado e mais a variação da Selic, taxa básica de juros. Se o pagamento ocorrer até 30 de junho, a multa terá desconto de 50% e cairá para R\$ 25. O boleto para quitar o valor é gerado no momento da transmissão da declaração.

Sim, a DASN-Simei é obrigatória para todo MEI. "Neste caso, o MEI deve colocar R\$ 0,00 nos campos de receita e enviar a declaração. Se não, ele terá o MEI considerado inapto", afirma Edilson Ferreira Júnior, vice-presidente de desenvolvimento profissional do CRC-RJ (Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro).

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Sim, o microempreendedor terá de enviar os dados da receita obtida até o término da MEI. Na DASN-Simei,

na aba "Iniciar" haverá o item Situação especial. Quem encerrou o CNPJ deve clicar em Extinção e ir em Continuar.

Faça o preenchimento dos outros campos e transmita a declaração, guardando também o recibo por cinco anos. "Mesmo que a empresa tenha sido encerrada, guarde o recibo para eventuais verificações posteriores", diz Ferreira Júnior.

Segundo a **Receita Federal**, quem fez a baixa do MEI em 2024 também tem a opção de transmitir a DASN-Simei neste ano. O microempreendedor deve selecionar o ano de 2024 e será indicado automaticamente que é uma extinção, além de ser informada a data da baixa do CNPJ.

Neste caso, o MEI terá de entrar na declaração e escolher o ano-exercício a ser corrigido. Após selecioná-lo, aparecerá a opção de retificadora em Tipo de declaração.

O microempreendedor altera o dado que precisa e transmite de novo a declaração. Uma recomendação é salvar ou imprimir o novo recibo de transmissão.

Para saber se terá de declarar o Imposto de Renda como pessoa física, o MEI tem de realizar algumas contas. A primeira delas é ver se o lucro que obteve com a empresa é o suficiente para obrigá-lo a declarar.

Neste ano, a Receita determinou que quem recebe acima de R\$ 30.639,90 em rendimentos tributáveis é obrigado a enviar as suas informações ao fisco. Até o ano passado, o mínimo era de R\$ 28.559,70.

O rendimento tributável do MEI é o lucro que ele recolheu em 2023. A informação está no livro-caixa da empresa. Caso não tenha este registro, o microempreendedor terá de calcular o lucro presumido e o lucro líquido que obteve no ano passado. Ambos são calculados sobre o faturamento bruto anual.

O lucro presumido é isento de IR e varia conforme o setor de atividade.

8% da receita bruta para atividade de comércio, indústria e transporte de cargas

16% da receita bruta para transporte de passageiros

32% da receita bruta para serviços em geral

Por exemplo, se o MEI é um prestador de serviço e a receita bruta for de R\$ 79.890 em 2023, o lucro presumido corresponde a 32% do faturamento bruto. Portanto, a quantia isenta é de R\$ 25.564,80. Caso o

MEI trabalhe com comércio, a parcela sem cobrança de IR é de 8%, o que dá R\$ 6.391,20.

Em seguida, o microempreendedor deve calcular o lucro líquido, que é o resultado da subtração entre o faturamento bruto anual e as despesas que são necessárias para o funcionamento do negócio como, por exemplo, água, luz, aluguel de imóvel, telefone, matéria-prima e publicidade.

"Se você entrega alimentos, você precisa de matéria-prima, de entrega, de embalagem, além dos gastos com luz, água, telefone, combustível para entrega. Todas as despesas que são essenciais para que você consiga viabilizar o negócio podem ser descontadas", diz Santos.

O MEI precisa ter os comprovantes de todas as despesas que são deduzidas com as notas fiscais e recibos, caso seja chamado pela Receita a justificar os gastos. O fisco tem até cinco anos para solicitar um eventual esclarecimento da declaração.

O rendimento tributável do MEI será o resultado da subtração entre lucro líquido e lucro presumido. Se esta conta superar R\$ 30.639,90, ele será obrigado a declarar o Imposto de Renda.

Caso o valor seja abaixo, ele ainda precisará somar este rendimento a outros eventuais ganhos tributáveis que possa ter obtido em 2023 -como aposentadoria, pensão, salários de eventuais dependentes- para saber se não atingiu a quantia mínima. Em seguida, é preciso também verificar se o MEI não está enquadrado nas outras regras que tornam a declaração obrigatória.

Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 200 mil

Obteve em qualquer mês ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de imóvel com valor maior do que o pago na compra

Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguida de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias

Realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil, inclusive se isentas. E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeito à incidência do imposto (valores até R\$ 20 mil são isentos)

Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de

bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 800 mil

Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 153.199,50

Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2023 ou de anos anteriores

Passou a morar no Brasil em qualquer mês de 2023 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

Optou por declarar bens, direitos e obrigações detidos por offshores

É titular de trust e demais contratos regidos por lei estrangeira

Optar por atualizar bens e direitos no exterior pelo valor de mercado de dezembro de 2023, desde que pague 8% de ganho de capital

Caso o MEI seja obrigado a declarar, ele terá de informar os valores obtidos com a empresa em três fichas diferentes da declaração.

Vá em Rendimentos Isentos e Não Tributáveis, clique em Novo e selecione o código 13 (rendimento de sócio ou titular de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, exceto pro labore, aluguéis e serviços prestados)

Identifique se o MEI é o titular ou dependente, informe o nome e o CNPJ da MEI. No campo valor, coloque o lucro presumido e clique em Ok

Em seguida, vá na ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Jurídica, clique em Novo, identifique se é o titular ou dependente que recebeu a quantia, e informe nome e CNPJ da MEI

No campo rendimento recebido, coloque o rendimento tributável que foi calculado na subtração entre lucro líquido e lucro presumido. Caso o MEI tenha feito contribuição para o **INSS**, informe a quantia anual paga em Previdência Oficial. Os outros campos ficam zerados

Por fim, o MEI também precisa informar o capital social da empresa. Vá em Bens e Direitos, selecione o grupo de bens 03 (Participações Societárias) e o código 02 (Quotas ou quinhões de capital). Preencha o nome e o CNPJ da empresa, e informe o capital social cadastrado no CCMEI (Certificado de Condição de Microempreendedor Individual) em Situação em 31/12/2022 e Situação em 31/12/2023

Além disso, o MEI deve preencher as outras fichas da

declaração, informando seus dados pessoais, bens e direitos, pagamentos efetuados, outros rendimentos que tenha obtido, dívidas e outras informações que devem ser prestadas à Receita como pessoa física, incluindo eventuais dados de dependentes e alimentandos.

O prazo de envio da declaração começou em 15 de março e vai até 31 de maio. Quem atrasar, terá de pagar uma multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/05/quase-50-dos-meis-ainda-nao-entregaram-declaracao-a-receita-prazo-acaba-na-sexta.shtml>

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 9

Publicado em 29/05/2024 - 07:00
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta quarta-feira (29) a parcela de maio do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 9.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 682,32. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 20,81 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,18 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até 6 meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos de idade e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos de idade.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 250 mil famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas

pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 170 mil famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,59 milhões de famílias estão na regra de proteção em maio. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 370,87.

Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em junho.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-9>

Prévia da inflação tem alta de 0,44% em maio

DANIELA AMORIM

Pressionada pela elevação de custos nos transportes e em saúde, a prévia da **inflação** oficial no País acelerou de uma alta de 0,21%, em abril, para 0,44% em maio, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15, o IPCA- 15, divulgado ontem pelo IBGE. Apesar do avanço, o resultado de maio ficou abaixo do que previam os analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Projeções Broadcast, que projetavam uma **inflação** mediana de 0,47%.

O resultado também foi o menor para meses de maio desde 2021. Com isso, a taxa acumulada em 12 meses caiu pelo terceiro mês seguido: de 3,77%, em abril, para 3,70% em maio.

"A dinâmica benigna do IPCA- 15 é uma boa notícia no curto prazo, mas não reduz as preocupações expressas pelo Banco Central em relação à deterioração do balanço de riscos para a **inflação**, em especial a desancoragem das expectativas de **inflação** e as incertezas fiscais", avaliou o economista-chefe da corretora Monte Bravo, Luciano Costa, em relatório.

As altas nos preços da gasolina, de 1,90%, e das passagens aéreas, de 6,04%, exerceram as maiores pressões sobre o índice de maio. O etanol também subiu 4,70%.

Pesaram ainda no bolso das famílias os aumentos nos planos de saúde (0,77%) e nos produtos farmacêuticos, que subiram em média 2,06% na esteira da autorização de reajuste de até 4,50% para os preços dos medicamentos (em vigor desde 31 de março).

Já os alimentos subiram 0,26% no mês. Ficaram mais caros a cebola (16,05%), o café moído (2,78%) e o leite longa- vida (1,94%). Tiveram quedas nos preços o feijão carioca, que recuou 5,36%, frutas (-1,89%), arroz (-1,25%) e as carnes (-0,72%).

CHUVAS. O resultado geral do IPCA-15 refletiu aumentos de preços em todas as 11 regiões pesquisadas. A menor taxa ocorreu no Rio de Janeiro (0,15%), enquanto a maior foi registrada em Salvador (0,87%). Afetada pelas chuvas, a região metropolitana de Porto Alegre teve **inflação** de 0,86%, atrás apenas

da capital baiana.

A coleta de preços em Porto Alegre, que responde por 8,61% do IPCA-15, já estava 70% completa quando houve o desastre provocado pelas enchentes, disse o IBGE.

Variação

A menor taxa ocorreu no Rio (0,15%), enquanto a maior foi registrada em Salvador (0,87%)

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Prévia da inflação sobe 0,44%, abaixo das projeções

CAROLINA NALIN E LUANA REIS
economia@oglobo.com.br

O IPCA-15 de maio, considerado uma prévia do índice oficial de **inflação** do mês fechado, ficou em 0,44%, informou ontem o IBGE. O indicador veio acima da taxa de abril (0,21%), mas ligeiramente abaixo do 0,47% que apontavam as projeções, segundo compilação do Valor Data, do jornal Valor. Investidores e analistas de mercado receberam bem o dado, apesar dos alertas sobre os possíveis efeitos das graves enchentes no Rio Grande do Sul nos próximos meses.

No mercado, as taxas dos contratos de juros futuros abriram em queda, ainda de manhã, porque uma **inflação** mais comportada do que o esperado, como sinalizada no IPCA-15 de maio, apontaria para um nível menor da taxa básica Selic (hoje em 10,5% ao ano) no futuro, o que justifica os ajustes para baixo. Mesmo assim, no fim do pregão, as taxas fecharam perto da estabilidade, reagindo às cotações dos títulos da dívida dos EUA.

O reajuste de medicamentos, autorizado em 31 de março pelo governo federal, e a gasolina, que encareceu em média 1,9%, puxaram a **inflação** para cima na prévia de maio. O alívio veio do grupo Alimentação e Bebidas, que avançou apenas 0,26%, ante 0,61% no mês anterior.

-O IPCA-15 é uma boa notícia no curto prazo, mas não reduz as preocupações expressadas pelo Banco Central (BC) em relação aos riscos para a **inflação** - afirma Luciano Costa, economista-chefe da corretora Monte Bravo.

Os riscos incluem os efeitos das enchentes. Luis Otávio Leal, economista-chefe da gestora G5 Partners, lembrou que aumentos observados nos supermercados deverão aparecer mais a partir do IPCA fechado de maio.

Outros riscos são o desequilíbrio das contas do governo e eventuais divergências entre os diretores do BC, como ocorreu na reunião deste mês do Comitê de Política Monetária (Copom), para definir o nível da Selic.

Por causa desses itens, nas últimas semanas, analistas de mercado têm elevado suas expectativas para a **inflação** dos próximos anos, o que poderá levar o BC a encerrar a baixa na Selic, disse Víctor Beyruti, da corretora Guide Investimentos. Para Claudia Moreno, economista do C6 Bank, a lenta desaceleração da **inflação** de serviços é mais um motivo que poderá justificar a parada.

Segundo o IBGE, as enchentes no Rio Grande do Sul impactarão a **inflação** também na forma de medi-la. A pesquisa, feita pelo órgão de estatísticas presencialmente no varejo, está prejudicada na Região Metropolitana de Porto Alegre. O IBGE informou que desde 6 de maio vem coletando informações remotamente na área, mas esse formato não serve para todos os itens, o que exige ajustes nos cálculos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Prévia da inflação acelera em maio após 2 meses de alívio

O IPCA-15 (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) registrou aceleração da **inflação** em maio, para 0,44%, após dois meses seguidas de alívio, segundo dados divulgados nesta terça-feira (28) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em abril, a alta de preços havia sido de 0,21%.

Ainda assim, o resultado deste mês ficou abaixo das expectativas do mercado. A mediana das estimativas levantadas pela Bloomberg junto aos analistas apontava para uma **inflação** de 0.47% em maio.

A aceleração de preços foi influenciada principalmente pelos gastos com saúde e cuidados pessoais, após reajuste nos preços dos produtos farmacêuticos, além da alta dos transportes. Os preços da gasolina e das passagens aéreas voltaram a subir e pesaram no índice.

No acumulado dos últimos 12 meses, o IBGE registrou um índice de 3,70% em maio, enquanto o mercado esperava que a **inflação** ficasse em 3,74% no período. Em abril, a taxa era de 3,77% nesse recorte de tempo.

Devido à dificuldade de apuração de preços no Rio Grande do Sul devido à situação de calamidade, 30% de toda coleta de dados no estado ocorreu de forma remota.

Ainda assim, o IBGE informou que nem todos os produtos puderam ser coletados por telefone ou pela internet, como foi o caso de algumas hortaliças e verduras. Ocorreu então a imputação dos dados, procedimento já previsto.

Apesar de os efeitos da tragédia no Sul não ter ainda aparecido no índice geral, analistas reforçam que esse é ainda um ponto de atenção para o futuro.

O economista Alexandre Maluf, da XP, chama atenção para o fato de que, apesar de 70% da coleta de dados ter sido feita antes do período mais duro do desastre, em alguns itens já é possível ver aceleração de preços no estado acima da média do país.

Também afetado pelo IBGE, o IPCA-15 se difere da **inflação** oficial do Brasil, medida pelo IPCA, devido ao período de coleta, que ocorre entre a segunda metade do mês anterior e a primeira metade do mês de referência da divulgação. Por ser publicado antes, o

índice sinaliza uma tendência para a contagem oficial de preços do país.

O IPCA, por sua vez, é baseado em dados levantados apenas no mês de referência, e será divulgado no dia 11 de junho. Desta forma, o resultado fechado de maio ainda não aparece completamente na coleta do IPCA-15.

Oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE tiveram resultados positivos em maio.

A alta de 1,07% nos preços de saúde e cuidados pessoais foi influenciada pelo reajuste de 4,50% nos preços dos medicamentos desde 31 de março, o que acarretou numa elevação de 2.06% dos produtos farmacêuticos, que tiveram um impacto de 0,07 ponto percentual no índice cheio do IPCA-15.

Esse item já tinha influenciado a aceleração de preços no IPCA de abril. Além disso, produtos de higiene pessoal também apresentaram aceleração no IPCA-15, de 0,29% em abril para 0,87% em maio, principalmente por conta da alta de 1,98% de perfumes.

A outra grande contribuição no IPCA-15 de maio veio do grupo de transportes (0,77% de elevação). Além da alta de 1,90% da gasolina (responsável por um impacto de 0,09 p.p. no índice geral), as passagens aéreas, cujos preços vinham recuando desde o início do ano, voltaram a subir (6.04%). Em relação aos demais combustíveis, o etanol e o óleo diesel também tiveram alta, de 4,70% e 0,37%. (Folhapress)

2,06 por cento foi a elevação de preços dos produtos farmacêuticos, um impacto de 0,07 ponto percentual no índice cheio do IPCA-15

Site: <https://opopular.com.br/digital/29-maio-2024/10-caderno>

FMI eleva projeção para o PIB do Brasil

Marcelo Osakabe De São Paulo

O corpo técnico do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu a visita ao Brasil para elaboração do relatório Artigo IV, documento anual sobre países-membros, que costuma divulgar no início do segundo semestre.

"Nos últimos dois anos, a economia brasileira demonstrou notável resiliência, com a **inflação** recuando para o intervalo da meta. O corpo técnico do FMI prevê que o crescimento modere no curto prazo, antes de se fortalecer e alcançar 2,5% no médio prazo - uma correção para cima frente aos 2% projetados na ocasião das consultas de 2023 ao abrigo do Artigo IV", afirma o FMI em **comunicado**. A melhora se deve à implementação da **reforma tributária** e ao aumento da produção de hidrocarbonetos.

A equipe do Fundo avalia que a política monetária tem sido levada em ritmo cuidadoso e que isso tem ajudado a **inflação** a permanecer dentro do intervalo da meta. Ela ainda elogia o trabalho das autoridades para melhorar a posição fiscal do Brasil e reconhece os avanços na agenda de implementação da **reforma tributária**. "Espera-se que a implementação da histórica reforma do IVA eleve consideravelmente a produtividade, apoie a geração de empregos formais e melhore a equidade do sistema tributária", diz o **comunicado**.

O Brasil deve crescer 2,1% em 2024 e 2,4% em 2025, projeta o FMI. A **inflação** deve chegar a 3,7% no fim de 2024 e atingir a meta de 3% na primeira metade de 2026.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187889?page=1§ion=1>

IPCA-15 acelera em maio, mas não preocupa economistas

Rafael Vazquez e Lucianne Carneiro

O índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15), considerado a prévia da **inflação** oficial no país, subiu em 0,44% em maio após alta de 0,21% em abril, segundo o IBGE. Apesar da aceleração mensal, o resultado veio um pouco abaixo da alta de 0,47% esperada pela mediana do Valor Data e também manteve a desaceleração contínua no acumulado de 12 meses - 3,77% em abril. De acordo com economistas, a composição do indicador foi benigna, principalmente pela desinflação que permanece no setor de serviços e a queda nos núcleos.

Segundo cálculos da MCM Consultores, a média dos cinco núcleos do IPCA-15 monitorados pelo Banco Central acelerou para 0,31% em maio, de 0,19% em abril, mas em 12 meses recuou de 3,61% para 3,50%.

"A surpresa positiva veio pelo lado de serviços, principalmente de serviços adjacentes [os que mais respondem ao ciclo econômico]. Ficou em 4,8%, uma desaceleração muito boa em comparação ao ano passado. O repique que vimos em dezembro e janeiro preocupou um pouco, mas os últimos meses já mostraram uma tendência de desaceleração novamente", comentou a economista-chefe do banco Inter, Rafaela Vitória.

Na mesma linha, a economista para Brasil do BNP Paribas, Laiz Carvalho, apontou que observou uma composição benigna nos dados do indicador. Alimentação no domicílio, que era algo, que estava fazendo bastante pressão para cima nos últimos meses, perdeu força agora, com desaceleração nos preços de frutas, vegetais. Eletrônicos e eletrodomésticos também continuam em uma desaceleração. "O que veio mais alto neste mês foram preços de transporte e preços de saúde e cuidados especiais, o que já estávamos esperando. Mas serviços subjacentes vieram na casa do 0,30% e continua desacelerando ano contra ano."

Das nove classes de despesas usadas para cálculo do IPCA-15, cinco tiveram aceleração na passagem entre abril e maio: habitação (de 0,07% para 0,25%); vestuário (de 0,41% para 0,66%); transportes (de -0,49% para 0,77%); saúde e cuidados pessoais (de 0,78% para 1,07%); educação (de 0,05% para 0,11%);

e comunicação (de 0,17% para 0,18%).

Por outro lado, três grupos registraram desaceleração: alimentação e bebidas (de 0,61% para 0,26%); artigos de residência (de 0,03% para -0,44%); e despesas pessoais (de 0,40% para 0,18%).

Isoladamente, a gasolina foi a principal influência para a alta do IPCA-15 em maio, com variação de 1,90% e impacto de 0,09 ponto percentual.

Nesta leitura, o IBGE também olhou com mais atenção os efeitos da tragédia no Rio Grande do Sul. Em razão da calamidade pública na região metropolitana de Porto Alegre, cerca de 30% da coleta de dados do índice ocorreu de modo remoto, por telefone ou internet, em vez do modo presencial.

O período de coleta de dados para o IPCA-15 de maio ia de 16 de abril a 15 de maio. Segundo o IBGE, a coleta remota de preços foi intensificada a partir de 6 de maio, quando cerca de 70% dos preços já tinham sido coletados. Alguns itens, porém, não puderam ser coletados - caso de hortaliças e verduras. A região metropolitana de Porto Alegre respondia, em abril, por 8,61% do cálculo do IPCA-15.

Rafaela Vitória, contudo, ponderou que o maior impacto da tragédia será pela depressão da atividade na região, o que não é algo ruim do ponto de vista da **inflação**. A economista disse ainda que os gastos planejados para a recuperação do Rio Grande do Sul tampouco devem exercer pressão de alta sobre o IPCA-15 ou o IPCA para o fim do ano.

"Vimos na pandemia. Quando você tem aumento de gastos por causa de atividade deprimida, o efeito não é inflacionário. Quando é bem localizado, não tem esse impacto. O que preocupa é o governo usar esse argumento para aumentar outros gastos. Usar isso como uma licença para gastar em outras frentes. Gastos especificamente com a recuperação do Rio Grande do Sul não é algo que preocupa nem do ponto de vista fiscal nem do inflacionário", avaliou.

Olhando para o efeito a curto prazo já na primeira metade de maio, a economista e coordenadora de pesquisa da consultoria Buysidebrazil, Mirella Hirakawa, destacou impacto considerável na **inflação** regional. "Ainda que sejam os primeiros impactos

dessa calamidade, o índice de preços do IPCA-15 de maio de Porto Alegre apresentou uma alta de 0,86%", diz, destacando os principais "vilões" no indicador.

"Um deles é a **inflação** não domiciliar, que teve alta de 1,38%, enquanto a alta nacional foi de 0,22%. Dentro desses vilões, os principais estão correlacionados a hortifrútiis que são os primeiros impactados em problemas climáticos. Outro item que eu destacaria dessas altas regionais é preço de gasolina, que subiu 6,9% em Porto Alegre, enquanto o índice nacional teve alta de 1,9%."

"IPCA-15 de maio de Porto Alegre apresentou alta de 0,86%" Mirella Hirakawa

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187889?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187889?page=1§ion=1)**

Amarras ao investimento

Domingos Zapparoli Para o Valor, de São Paulo

O Brasil precisa promover um salto qualitativo em seu ambiente de negócios para atrair os investimentos privados necessários para uma significativa expansão da infraestrutura logística. Entre as prioridades apontadas pelo mercado está uma nova legislação para as concessões e parcerias público-privadas (PPPs), com uma melhor definição da repartição de riscos em eventos extraordinários, a exemplo dos impactos de pandemias e cheias no Rio Grande do Sul. Estão também o estímulo de novas formas de garantias e de financiamentos, como mecanismos de project finance non recourse - onde a garantia do crédito tem como base o fluxo de caixa do projeto -, segurança jurídica e melhora na estruturação das infraestruturas a serem concedidas.

"Estamos diante de uma situação inusitada. Não faltam recursos financeiros para viabilizar bons projetos, mas não conseguimos atrair os investimentos necessários por não apresentarmos boas propostas", diz o consultor Fabio Ono, diretor de investimentos e infraestrutura da Macroplan. O resultado é um grande hiato entre os investimentos realizados e os necessários. Segundo a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), o Brasil precisa, anualmente, investir R\$ 242,4 bilhões, o equivalente a 2,26% do **PIB**, para dotar o país de uma infraestrutura de transportes e logística adequada, capaz de proporcionar competitividade à produção nacional em condições equivalentes às oferecidas pelos países avançados.

Em 2023, unindo esforços públicos e privados, o investimento foi de R\$ 41,4 bilhões (0,39% do **PIB**), com um gap de R\$ 201 bilhões em relação ao necessário. Para 2024, a Abdib projeta um avanço nos investimentos, que podem chegar a R\$ 66,5 bilhões, sendo R\$ 29,7 bilhões privados e outros R\$ 36,8 bilhões em recursos públicos de origem federal e dos governos estaduais e municipais. "Se dobrarmos os investimentos anuais, o que não é uma tarefa fácil, ainda precisaremos de 30 anos para preencher o hiato entre os que realizamos e os necessários, sem considerar novas necessidades que surgirão no período", diz Venilton Tadini, presidente-executivo da Abdib.

A possibilidade de aumento significativo dos aportes públicos é limitada diante das restrições fiscais das três esferas de poder. No âmbito federal, mais de 90% das despesas primárias do orçamento vão para gastos

obrigatórios. Em 2024, o orçamento da União e de empresas estatais em transportes soma R\$ 17,5 bilhões, segundo a Confederação Nacional do Transporte (CNT). Recursos públicos são necessários como contrapartida para viabilizar novas infraestruturas de grande porte por meio de PPPs e também em projetos que não oferecem viabilidade econômica aos investidores.

Para gerar um horizonte e incentivar a união de esforços públicos e privados, o governo lançou em 2023 o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevendo R\$ 369,4 bilhões em investimentos em transportes (R\$ 214,6 bilhões até 2026). O programa terá que superar a desconfiança diante da baixa capacidade de efetivação das versões anteriores, que deixaram 5.334 obras não concluídas, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU). O maior problema apontado foi a baixa qualidade de planejamento e execução das obras.

O PAC ainda não impacta significativamente os investimentos. Levantamento da Abdib feito no final de 2023, e que leva em consideração concessões e PPPs já licitadas e as programadas para serem licitadas nos próximos anos, estima que os investimentos privados em transportes e logística devem se manter no patamar de R\$ 30 bilhões por ano entre 2024 e 2027. Para Tadini, é possível avançar. Para isso, é preciso acelerar concessões e melhorar a segurança jurídica e regulatória. E um exemplo de insegurança é a discussão na Advocacia Geral da União (AGU) sobre o pleito de prefeituras para cobrar IPTU sobre infraestruturas concedidas que atravessam municípios, como rodovias, ferrovias e linhas de energia. "A cobrança não era prevista nos contratos, é uma mudança de regra que altera a lógica econômica das concessões", afirma Tadini.

Investidores ainda reivindicam mecanismos ágeis de reestruturação do equilíbrio financeiro dos contratos de concessões e PPPs diante de eventos extraordinários, como riscos ambientais, geológicos e financeiros. "Hoje todo o risco não previsto expressamente no contrato é do concessionário. É preciso criar mecanismos de distribuição de riscos entre governo e investidor privado", defende Natália Marcassa, CEO da MoveInfra, movimento pró-infraestrutura que reúne CGR, Eco Rodovias, Rumo, Santos Brasil, Ultracargo e Hidrovias do Brasil.

A má distribuição de risco, segundo Marcassa, restringe o interesse por concessões pouco rentáveis.

"O custo financeiro no Brasil é alto, a **inflação** é alta e o risco contratual, também. O investidor se concentra em projetos com taxas de retorno na casa dos 18%. Poucos projetos dão este patamar", afirma. "Nessas condições, não vamos ter um aumento significativo de investimentos." O mercado espera que o Novo Marco Legal das Concessões e PPPs, que tramita no Congresso (PL 7.063/2017), altere a matriz de risco dos contratos. Uma matriz mais equilibrada pode dar condições para a expansão de mecanismos de financiamento comuns no exterior, mas pouco usuais no Brasil, como os contratos de project finance non recourse. Hoje prevalecem as garantias corporativas, que penhoram ativos e limitam a capacidade das empresas em concretizar vários contratos simultâneos.

Um novo mecanismo de captação de recursos são as debêntures incentivadas de infraestrutura, regulamentadas em março. A nova regra beneficia as empresas emissoras por meio da dedução de 30% do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), permitindo ao emissor oferecer taxas de retorno maiores aos investidores. A medida deve atrair investidores institucionais, como fundos de pensão, que possuem R\$ 1,5 trilhão de patrimônio. O Conselho Monetário Nacional (CMN) autoriza esses fundos a aplicar 20% de seu patrimônio em debêntures. "Se o setor de infraestrutura atrair 10% deste patrimônio, são R\$ 150 bilhões em capital para investir", aponta Tadini.

Em 2023, as operações do BNDES em project finance nos segmentos de rodovias, aeroportos, ferrovias e portos somaram R\$ 6,7 bilhões, mesmo patamar do ano anterior, e 90% dessas operações ocorreram via investimentos em debêntures. A expectativa no banco é de um aumento significativo das operações em 2024 e nos próximos anos.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187889>

Debêntures atraem fundos de pensão

William Salasar Para o Valor, de São Paulo

Dirigentes dos fundos de pensão receberam com otimismo cauteloso as novas debêntures estruturadas de infraestrutura, cuja Lei 14.801/24, sancionada em janeiro e regulamentada em março, permite aos emissores deduzir do cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) 30% do valor pago em juros a investidores, o que, em tese, facilita às empresas que lançam os papéis oferecer uma remuneração mais alta aos compradores.

A ideia é que melhor remuneração atraia as entidades de previdência, que não se interessaram pelas debêntures incentivadas previstas na Lei 12.431/11. Esses papéis também não têm incidência de IR, mas, como as entidades de previdência já eram isentas, não viam vantagens neles.

"Estamos animados com o [novo] instrumento, porque as debêntures de infraestrutura se identificam plenamente com o propósito das entidades de previdência, que consiste em pagar benefícios mediante a acumulação de recursos, ou seja, investimentos de longo prazo e com vocação para investir na economia real", afirma Jarbas de Biagi, presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar** (Abrapp).

Seu colega da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (Abipem), João Carlos Figueiredo, lembra que de 30% a 40% dos recursos dos regimes previdenciários no mundo estão alocados em investimentos estruturados, dada sua característica de longo prazo - o que lhes permite bater o retorno oferecido pelos títulos públicos na média, como é o caso das inversões em infraestrutura.

Os dois executivos, entretanto, reconhecem que os títulos do Tesouro, notadamente as notas série B, que pagam **inflação** (medida pelo IPCA) mais juros de 6% ao ano, são um concorrente poderoso a papéis privados, pois além da rentabilidade, têm liquidez e praticamente nenhum risco.

Com um rendimento desses, o gestor não precisa fazer mais nada, diz o diretor de infraestrutura do Banco Fator, Ewerton Henriques, ao exemplificar a atratividade do papel do Tesouro frente a outras aplicações. "Tive muitas reuniões com fundos de pensão e ouvi que, hoje, as taxas de títulos públicos são confortáveis para os gestores atingirem suas

metas atuariais. Não precisam se esforçar, nem se explicar muito, nem olhar os tipos de papel", diz.

"Para a debênture de infraestrutura funcionar bem é preciso ter uma melhoria no cenário macroeconômico para forçar esses fundos a saírem do seu berço esplêndido- o título público-e ir para ativos mais arriscados", reitera Henriques, lembrando que fundos canadenses, por exemplo, vêm aplicar no Brasil porque o juro aqui é mais atrativo, principalmente nos papéis privados, cujo risco os estrangeiros sabem avaliar melhor, dada sua experiência com projetos de infraestrutura.

Mas esse cenário deve mudar, segundo Marina Aidar, sócia da área de infraestrutura e financiamento de projetos do Demarest Advogados, porque a nova legislação atendeu a antigas demandas dos agentes do mercado, como a simplificação dos procedimentos para enquadramento de projetos prioritários, possibilitando mais agilidade na estruturação de financiamentos. "Empresas, instituições financeiras, ministérios, CVM [Comissão de Valores Mobiliários], B3 e demais players estão digerindo e interpretando as novas regras, fazendo as adequações necessárias, inclusive em suas análises de crédito e sistemas operacionais", diz ela, que espera um volume considerável de emissão dessas debêntures no médio prazo, após esse período inicial de transição.

"Ainda não houve nenhuma emissão do novo papel porque o mercado sempre espera para ver o que acontece com quem se aventura primeiro", completa José Roberto Meirelles, diretor de mercado de capitais do Silveiro Advogados. Ele arrisca antecipar que a reconstrução do Rio Grande do Sul, origem do escritório, tende a ser um catalisador para a emissão das debêntures de infraestrutura, lembrando que se passaram apenas dois meses da publicação da legislação.

Segundo Biagi, da Abrapp, as entidades começam a avaliar os novos instrumentos nas revisões anuais de suas políticas de investimentos. "Já se nota uma predisposição de algumas entidades de incluir debêntures nas suas políticas de investimento. Dois, três anos atrás, a maioria nem consignava essa possibilidade", diz.

"Hoje, as taxas de títulos públicos são confortáveis para os gestores" Ewerton Henriques

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187889>

Bolsas dos EUA nas máximas, Nvidia surpreende

Por Paulo Gala*

CONTEÚDO PATROCINADO POR BANCO MASTER

* Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economista-chefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.

O grande destaque do momento é o resultado da empresa americana Nvidia, que produz placas, chips e microprocessadores para a revolução da inteligência artificial. Essa empresa começou fabricando placas para games, com chips e processadores que trabalham de modo simultâneo para melhorar a qualidade das imagens, e acabou se tornando a fronteira tecnológica hoje na produção de placas e chips para aplicativos que usam inteligência artificial, a grande onda do momento.

A empresa ganhou destaque após o lançamento do ChatGPT, talvez hoje o aplicativo mais usado por pessoas físicas para acessar essa revolução tecnológica. A inteligência artificial não surgiu com o ChatGPT; já vinha ganhando força desde 2015-2016, mas o ChatGPT desencadeou essa revolução.

O CEO da Nvidia comparou em declaração recente o impacto da revolução da inteligência artificial com a própria Revolução Industrial: uma tecnologia que afetará praticamente tudo que empresas e trabalhadores fazem no seu dia a dia.

A empresa divulgou um resultado extraordinário em maio, superando as expectativas do mercado, com um lucro de US\$ 15 bilhões no trimestre e receitas superiores a US\$ 26 bilhões. A companhia já ultrapassou o valor de mercado de US\$ 2 trilhões, já valendo mais do que Amazon e Tesla somadas. Esse movimento contagiou todas as Bolsas americanas, que atingem máximas históricas, surfando esse rally tecnológico.

O índice PMI, que mede a atividade econômica nos Estados Unidos, registrou em maio um valor de 54,4, o mais alto em mais de 24 meses. Esse dado preliminar

mostra uma atividade bastante aquecida. Além disso, os pedidos de bens

duráveis para a indústria americana em abril também foram muito fortes, superando as expectativas para máquinas, equipamentos, materiais de transporte e indústria em geral.

Esses pedidos de abril indicam uma economia americana mais forte. Tudo isso ocorre num momento de preocupação dos diretores do Fed com a **inflação** ainda elevada e com temor de cortar juros num cenário de **inflação** ainda acima da meta.

Após a divulgação de indicadores abaixo do esperado nos Estados Unidos sobre comportamento de preços ao consumidor (CPI) em abril, o mercado financeiro deu uma virada para um movimento mais otimista. O mercado de trabalho americano também tem dado sinais de fraqueza.

Ainda assim, essa "última milha" do controle da **inflação** não está fácil. O último dado de confiança do consumidor de Michigan para o mês de maio também mostrou preocupação com **inflação**.

A chance de cortes da taxa de juros nos EUA no segundo semestre diminuiu. Hoje, o mais provável é que o BC americano corte uma ou duas vezes apenas sua taxa básica até dezembro de 2024, deixando os juros dos EUA em 5% no ano, um patamar ainda bem elevado.

IDEAIS CHAVE

1) Em maio, a Nvidia divulgou lucro trimestral de US\$ 15 bilhões e receitas superiores a US\$ 26 bilhões. A empresa ultrapassou US\$ 2 trilhões em valor de mercado, superando Amazon e Tesla combinadas

2) A Nvidia produz placas, chips e microprocessadores, fundamentais para a inteligência artificial. Iniciou com placas para games e se tornou uma líder tecnológica em IA. Ganhou destaque com o ChatGPT, amplamente utilizado para acessar a tecnologia de IA

3) Esse sucesso da empresa impulsionou as Bolsas americanas a máximas históricas, alimentando um rally tecnológico. O CEO da Nvidia comparou a

revolução da IA à Revolução Industrial

4) A atividade econômica nos EUA continua aquecida. O índice PMI registrou 54,4 em maio, o mais alto em mais de 24 meses. Pedidos de bens duráveis à indústria americana em abril superaram expectativas, mostrando uma economia forte

5) Nesse contexto, diretores do Fed ainda estão preocupados com a **inflação** elevada. A chance de cortes na taxa de juros nos EUA no segundo semestre diminuiu, com a expectativa de que os juros permaneçam elevados, fechando o ano em torno de 5%

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187889?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187889?page=1§ion=1)**

Otimista, investidor volta a fundos de ações e bônus nos EUA

Jack Pitcher Dow Jones Newswires

Os investidores finalmente estão colocando seu dinheiro onde deve estar. Os fundos mútuos e fundos negociados em bolsa (ETFs) nos Estados Unidos atraíram ingressos líquidos de US\$ 172 bilhões no ano até agora, uma reviravolta considerável depois de terem perdido recursos coletivamente em cada um dos últimos dois anos.

Os fluxos marcam uma pausa na aversão a risco que os investidores demonstraram na maior parte dos últimos dois anos e uma aceitação da narrativa de que uma economia americana forte dará suporte aos mercados financeiros. Os ativos dos "money-market funds" (fundos de mercado monetário) e outros produtos que investem em títulos de curto prazo e alta liquidez, que os investidores preferiram no ano passado, atingiram um patamar estável. Em vez disso, os investidores estão colocando seu dinheiro para trabalhar em ações e bônus.

"A economia está em boa forma, o mercado de trabalho está em boa forma e os bancos centrais globais parecem prontos a oferecer apoio", diz Michael Arone, estrategista-chefe de investimentos da State Street Global Advisors. "Esse é um cenário atraente para investir e é o principal motivo de estarmos vendo um apetite crescente por tudo." Os fluxos para fundos de ações e bônus dos EUA neste ano são os maiores desde 2021, quando as taxas de juros estavam perto de zero. Globalmente, os US\$ 468 bilhões líquidos investidos nos ETFs até abril são o maior número já registrado, segundo dados da ETFGI.

Negociações baseadas no cenário de "pouso suave" da economia parecem estar na moda novamente, depois que vários meses com dados de **inflação** altos abalaram a confiança do investidor. A leitura mais recente do índice de Preços ao Consumidor (CPI, na sigla em inglês) foi menor que o esperado e os resultados das empresas no primeiro trimestre mostraram lucros em expansão. O índice S P 500 acumula valorização de 11% em 2024, sendo negociado pouco abaixo de seu recorde histórico.

Os céticos afirmam que o "va-luation" (avaliação de valor) das ações parece alto e o rendimento extra oferecido pelos títulos de dívida corporativa de risco está em um patamar histórico de baixa. O preço do S

P 500 comparado aos lucros esperados nos próximos 12 meses está no momento no décimo superior de sua faixa histórica, segundo o Morgan Stanley.

Na sexta-feira, os operadores irão observar de perto o índice de despesas de consumo pessoal (PCE, na sigla em inglês), medida de **inflação** preferida do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA). Os mercados parecem otimistas com as perspectivas econômicas, mas um número elevado de **inflação** poderá lançar dúvidas sobre suas esperanças de corte de juros.

No momento, Wall Street está computando nos preços pelo menos um corte de juros ainda neste ano, embora as minutas da última reunião do Fed tenham mostrado que as autoridades do BC americano continuam preocupadas com a **inflação** persistente. Se a política de dinheiro fácil que os investidores estão antecipando não se materializar, o rali do mercado de ações deverá falhar, alertam analistas.

Hoje, os investidores parecem tudo, menos defensivos. Dos dez ETFs que receberam mais dinheiro este ano, apenas um é um fundo de bônus. Dois acompanham o preço do bitcoin.

O líder, o Vanguard S P 500 ETF, caminha para um ano marcante. O fundo contabiliza um ingresso líquido total de US\$ 37 bilhões em menos de cinco meses. O recorde anual de captação de qualquer ETF é de US\$ 50 bilhões.

A tomada de risco se estende aos mercados de renda fixa, em que alguns dos fundos mais populares no último mês detêm bônus corporativos mais arriscados e empréstimos que pagam rendimentos mais altos. "Nas últimas semanas, vimos entradas significativas nos empréstimos", acrescenta Arone. "Isso me diz que o apetite pelo risco dos investidores está alto, sua confiança é maior e eles estão dispostos a assumir risco de crédito." Shane Archuleta, um profissional de TI de 29 anos de Fort Myers, Flórida, é um dos investidores que está entrando no mercado. Ele diz que agora tenta investir quase 50% de sua renda após os **impostos** na aposentadoria e em contas tributáveis que mantém na Robinhood e na E*Trade.

Archuleta tem comprado principalmente ETFs, como o fundo S P 500 da Vanguard e o QQQ da Invesco, que

acompanha o Nasdaq. Com um horizonte de investimentos de várias décadas, ele diz que prefere, por enquanto, fundos de maior risco e orientados para ações com potencial de crescimento. "Meu grande objetivo é: "não aposte contra o mercado de ações dos EUA". Não tenho dúvida de que no longo prazo ele vai subir", afirma.

Os gestores de fundos também estão otimistas. A mais recente pesquisa do Bank of America com gestores de fundos apontou o sentimento mais otimista desde 2021. A pesquisa constatou níveis de caixa nos patamares mínimos em muitos anos, e alocação em ações nos níveis mais altos em muitos anos.

Os fluxos tendem a ficar atrás do desempenho. Ações e bônus foram esmagados pelo aperto monetário do Fed em 2022, de modo que um 2023 mais lento não foi necessariamente uma surpresa, diz Aniket Ullal, chefe de dados e análises de ETFs da CFRA Research.

O que é destaque este ano é a variedade dos fundos que estão captando. Os investidores não estão colocando recursos apenas no aquecido setor de tecnologia. "Os fluxos estão muito amplos em todas as categorias. Não é como se alguns fundos ou categorias estivessem conduzindo o setor", diz Ullal.

Essa força é internacional. Após ficarem atrás do desempenho dos EUA por anos, os referenciais internacionais de ações na Europa e no Japão bateram recordes em 2024. O dinheiro dos investidores foi atrás.

"Este ano será recorde para as entradas globais nos ETFs, a menos que algo inesperado aconteça", diz Deborah Fuhr, fundadora da ETFGI. "Estamos sentindo muitos ventos favoráveis."

"O apetite dos investidores por risco está alto, a confiança é maior e eles estão dispostos a assumir risco de crédito" Michael Arone

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187889>